



CÂMARA MUNICIPAL

LEI ORGÂNICA

FRANCISCO MACEDO-PI



LEI ORGÂNICA
DO MUNICÍPIO DE
FRANCISCO
MACEDO – PI

Câmara Municipal

Mesa Diretora
Biênio 2017 – 2018

Vereador **Jacira Maria de Alencar**
Presidente

Vereador **Francisco Lázaro Ribeiro Carvalho**
Vice-Presidente

Vereadora **Mailane Meire de Carvalho**
1º Secretária

Vereador **Antônio de Assunção Araújo**
2º Secretário

Francisco Erasmo de Alencar
Secretário Administrativo

ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCISCO MACEDO

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO
Revisada

Promulgada em 05 de junho de 2017

DA REVISÃO DA LEI ORGÂNICA

Fica revisado e atualizado pelo Plenário da Câmara Municipal de FRANCISCO MACEDO o texto da Lei Orgânica do Município de FRANCISCO MACEDO, que se processa de modo global, sendo que os artigos, parágrafos, incisos e alíneas alterados, reposicionados, renumerados ou incluídos, integram definitivamente o corpo da Lei Orgânica para que o texto não sofra interrupção interpretativa, revogando todas as disposições em contrário.

SUMÁRIO

PREÂMBULO	4
------------------------	----------

TÍTULO I DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO I – DA ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	5
Seção I – Das Disposições Gerais.....	5
Seção II – Da competência do Município.....	6
CAPÍTULO II – DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.....	7
Seção I – Da Transição Administrativa.....	7
Seção II – Do Patrimônio Público.....	8
Seção III – Dos Servidores Públicos.....	8
Seção IV – Das Obras e Serviços Municipais.....	9

TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I – DO PODER LEGISLATIVO.....	10
Seção I – Da Câmara Municipal.....	11
Seção II – Do Funcionamento da Câmara Municipal.....	11
Seção III – Das Atribuições da Câmara Municipal.....	13
Seção IV – Dos Vereadores.....	15
Seção V – Do Processo Legislativo.....	17
Seção VI – Da sessão legislativa ordinária.....	20
Seção VII – Da sessão legislativa extraordinária.....	20
Seção VIII – Das comissões.....	21
CAPÍTULO II – DO PODER EXECUTIVO.....	22
Seção I – Do Prefeito e do Vice-Prefeito.....	22
Seção II – Das Atribuições do Prefeito.....	24
Seção III – Da Perda e Extinção do Mandato.....	26
Seção IV – Dos Auxiliares Diretos do Prefeito.....	29
CAPÍTULO III – DOS CONSELHOS MUNICIPAIS E DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS.....	29
CAPÍTULO IV – DA ÉTICA E TRANSPARÊNCIA NOS PODERES MUNICIPAIS.....	30
CAPÍTULO V – DA CONSULTA POPULAR.....	30
CAPÍTULO VI – DOS ATOS MUNICIPAIS.....	31

TÍTULO III DAS FINANÇAS PÚBLICAS

CAPÍTULO I – DA TRIBUTAÇÃO.....	32
CAPÍTULO II – DOS ORÇAMENTOS.....	33
CAPÍTULO III – DAS VEDAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.....	34
CAPÍTULO IV – DAS EMENDAS AOS PROJETOS ORÇAMENTÁRIOS.....	35
CAPÍTULO V – DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	36
CAPÍTULO VI – DA GESTÃO DA TESOUREARIA.....	36
CAPÍTULO VII – DA ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL.....	37
CAPÍTULO VIII – DAS CONTAS MUNICIPAIS.....	37
CAPÍTULO IX – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	38
CAPÍTULO X – DO CONTROLE INTERNO INTEGRADO.....	38

TÍTULO IV DA SOCIEDADE

CAPÍTULO I – DO URBANISMO.....	38
Seção I – Do Meio Ambiente.....	38
Seção II – Da Mobilidade Urbana.....	40
Seção III – Do Saneamento Básico.....	42
Seção IV – Da Política Rural.....	42
Seção V – Da Política Urbana.....	43
Seção VI – Da Política Habitacional.....	44
CAPÍTULO II – DA ORDEM SOCIAL E ECONÔMICA.....	45
Seção I – Da Educação.....	45
Seção II – Da Saúde.....	46
Seção III – Da Assistência Social.....	48
Seção IV – Da Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.....	49
Seção V – Da Segurança Pública.....	50
Seção VI – Dos Direitos Humanos.....	51
Seção VII – Da Cultura e do Patrimônio Histórico.....	51
Seção VIII – Da Comunicação Social.....	52
Seção IX – Do Desporto e do Lazer.....	52
Seção X – Do Turismo.....	52
Seção XI – Da Ciência, Tecnologia e Inovação.....	53
Seção XII – Do Planejamento Estratégico Sustentável.....	53
Seção XIII – Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso.....	54

TÍTULO V DA PARTE FINAL

ATO DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS.....	54
ÍNDICE TEMÁTICO.....	57
ALTERAÇÕES DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO.....	67

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO

Revisada

Promulgada em 05 de junho de 2017

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo de FRANCISCO MACEDO, constituídos em Poder Legislativo Orgânico, reunidos no Plenário Edmar Antão de Carvalho, sede da Câmara Municipal de FRANCISCO MACEDO, dispostos a assegurar à população do Município o gozo dos direitos fundamentais da pessoa humana e o acesso à igualdade, à justiça social, à cidadania, ao desenvolvimento e ao bem-estar, numa sociedade solidária, democrática, multicultural, pluralista, sem preconceitos nem discriminação, no exercício das atribuições que nos confere o art. 29 da constituição da República Federativa do Brasil, sob a proteção de Deus, promulgamos a LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO, com as alterações introduzidas.

TÍTULO I DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Seção I Das Disposições Gerais

Art. 1º O Município de FRANCISCO MACEDO. Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, reger-se-á por esta Lei Orgânica e demais leis que adotar, observados os princípios da Constituição da República, da Constituição do Estado do Piauí e leis de hierarquias superiores.

Art. 2º São poderes do Município o Legislativo e o Executivo, independentes e harmônicos entre si.

§ 1º São símbolos do Município a bandeira, o hino e o brasão, definidos em lei.

§ 2º São bens do Município todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que qualquer título lhe pertençam.

§ 3º A sede do Município dá-lhe o nome e tem a categoria de cidade.

§ 4º É vedada a utilização de quaisquer outros símbolos que identifique a administração ou seus governantes nos termos da Legislação Federal.

Art. 3º A organização do Município observará os seguintes princípios e diretrizes:

I – A gestão democrática;

II – A soberania e participação popular;

III – A transparência e o controle popular na gestão pública;

IV – O respeito à autonomia e à independência de atuação das associações e movimentos sociais;

V – A programação e o planejamento das ações públicas;

VI – O exercício pleno da autonomia municipal;

VII – A articulação e a cooperação com os demais entes federados;

VIII – A garantia de acesso a todos, de modo justo e igual, sem distinção de origem, raça, sexo, cor, orientação sexual, idade, condição econômica, religião, crença, pessoa com deficiência ou qualquer outra discriminação aos bens, serviços e condições de vida indispensáveis a uma existência digna;

IX – A acolhida e o tratamento igual a todos os que, no respeito da lei, afluem para o Município;

X – A defesa e a preservação do território, dos recursos naturais e do meio ambiente do Município;

XI – A preservação dos valores históricos e culturais da população;

XII – O Município poderá dividir-se, para fins administrativos, em Distritos ou Povoados a serem criados, organizados, suprimidos ou fundidos por Lei após consulta plebiscitária à população diretamente interessada, observada a Legislação Estadual e o atendimento aos requisitos estabelecidos no Inciso XIII deste artigo.

§ 1º A extinção do Distrito ou Povoado somente se efetuará mediante consulta plebiscitária à população da área interessada.

§ 2º O Distrito ou Povoado terá o nome da respectiva sede, cuja categoria será a de vila.

XIII – São requisitos para a criação do Distrito ou Povoado:

§ 1º População, eleitorado e arrecadação não inferiores à quinta parte exigida para a criação do Município;

§ 2º Existência, na povoação-sede, de pelo menos, cinquenta moradias, escola pública, posto de saúde.

§ 3º A comprovação do atendimento às exigências enumeradas neste artigo dar-se-á mediante:

- a) Declaração, emitida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de estimativa da população;
- b) Certidão, emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral, certificando o número de eleitores;
- c) Certidão emitida pelo Agente Municipal de Estatística ou pela repartição fiscal do Município, certificando o número de moradias;
- d) Certidão do órgão Fazendário Estadual, certificando a arrecadação na respectiva área territorial;
- e) Certidão, emitida pela Prefeitura ou pelas Secretárias de Educação, Saúde e de Segurança Pública, a existência de escola pública e dos postos de saúde e policial na povoação-sede.

Art. 4º Todo Poder do Município emana do povo, que o exerce diretamente ou por meio de seus representantes eleitos.

Parágrafo único – A soberania popular será exercida:

I – Indiretamente, pelo Prefeito e pelos Vereadores eleitos para a Câmara Municipal, por sufrágio universal e pelo voto direto e secreto com igual valor para todos;

II – Diretamente, nos termos da lei, em especial, mediante:

- a) Iniciativa popular no processo legislativo;
- b) Plebiscito;
- c) Referendo;
- d) Participação em decisão da Administração Pública;
- e) Ação fiscalizadora sobre a Administração Pública.

Seção II Da Competência do Município

Art. 5º O Município exerce, em seu território, competência privativa e comum ou suplementar, a ele atribuída pela Constituição da República e pela Constituição do Estado do Piauí.

CAPÍTULO II DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 6º A Administração Municipal é constituída dos órgãos integrados na estrutura administrativa do Poder Executivo e de entidades dotadas de personalidade jurídica própria, criadas por lei.

Seção I Da Transição Administrativa

Art. 7º Até trinta dias após as eleições municipais, o Prefeito deverá preparar, para entrega ao sucessor, relatório da situação da Administração Municipal, contendo, entre outras, informações atualizadas sobre:

I – Dívidas do Município, por credor, com as datas dos respectivos vencimentos, inclusive das dívidas em longo prazo e encargos decorrentes de operações de crédito, informando sobre a capacidade de a Administração Municipal realizar operações de crédito de qualquer natureza;

II – Medidas necessárias à regularização das dívidas inscritas em restos a pagar que foram realizadas e pagas e o que há por executar e pagar, com os prazos respectivos;

III – Transferências a serem recebidas da União e do Estado, por força de determinação constitucional ou de convênios;

IV – Contas municipais perante o Tribunal de Contas ou órgão equivalente se for o caso;

V – Prestações de contas de convênios celebrados com organismos da União e do Estado;

VI – Situação dos contratos com concessionárias e permissionárias de serviços públicos;

VII – Estado dos contratos de obras e serviços em execução ou apenas formalizados, informando sobre o andamento e obediência aos dispositivos legais;

VIII – Projetos de lei de iniciativa do Poder Executivo em curso na Câmara Municipal, para permitir que a nova administração decida quanto à conveniência de lhes dar prosseguimento, acelerar seu andamento ou retirá-los;

IX – Situação dos servidores da Administração Municipal, discriminando valores, quantidades e órgãos de lotação e exercício;

X – Cumprimento da Lei Estadual nº 6.253/2012

Parágrafo Único. A atividade prevista neste artigo deverá ser executada sem comprometer o desenvolvimento normal das demais ações administrativas e não eliminará a obrigação de prestar ao sucessor, se solicitado, qualquer outra informação.

Seção II Do Patrimônio Público

Art. 8º A aquisição de bens imóveis pelo Poder Público Municipal, por compra ou permuta, dependerá sempre de previa avaliação e autorização legislativa.

Art. 9º A alienação dos bens públicos municipais, subordinada a existência de interesse público, devidamente justificada, será precedida de previa avaliação feita por perito habilitado de órgão competente do Município e obedecerão as normas gerais de licitações e contratos da Administração Pública.

§ 1º A alienação de bens imóveis de que trata o caput deste artigo, submeter-se-á a justificativa, avaliação e autorização legislativa prévia, mediante aprovação de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 2º O Município, preferencialmente à venda ou doação de bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso mediante previa autorização legislativa e concorrência, dispensadas esta nas hipóteses previstas nas normas gerais de licitações e contratos da Administração Pública e nos casos de destinação a entidades assistenciais ou de relevante interesse público, devidamente justificado.

Art. 10. Os projetos de lei sobre alienação de bens imóveis do Município, bem como os referentes a empréstimos dos mesmos, são de iniciativa do Prefeito.

Art. 11. A lei estabelecerá princípios e normas para conservação e tombamento de bens de natureza material e imaterial que constituem patrimônio histórico e cultural do Município.

§ 1º O Poder Público Municipal, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural e histórico em seu território administrativo, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, declaração de interesse cultural, decretação de áreas de proteção ambiental, desapropriação e outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 3º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos na forma da lei.

Seção III Dos Servidores Públicos

Art. 12. O Município instituirá regime jurídico único e plano de carreira para os servidores públicos da administração pública direta, das autarquias e fundações públicas e ficam submetidos ao Estatuto dos Servidores Públicos do Município, com suas alterações, na sua falta subsidiariamente ao Estatuto dos Servidores Públicos Civil da União, Lei nº 8.112/90 e suas alterações e ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí, Lei Complementar nº 13/94 e suas alterações.

§ 1º A Lei assegurará aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas no mesmo poder ou entre servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

§ 2º Aplica-se a esses servidores o disposto no art. 7º, IV, VI, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVIII, XIX, XX, XXII, XXIII e XXX da Constituição Federal.

§ 3º São estáveis após três anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

I – O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgamento ou mediante processo administrativo em que lhe é assegurada ampla defesa.

II – Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito de indenização, aproveitando em outro cargo ou posto em disponibilidade.

III – Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Art. 13. O piso salarial dos servidores públicos da administração direta, autárquica, fundacional e do poder legislativo não será inferior ao que determina a legislação federal para cada categoria.

Art. 14. Os órgãos da administração pública direta e indireta e o Poder legislativo publicarão, obrigatoriamente, no órgão competente de divulgação oficial, até o dia 30 de abril de cada ano, seu quadro de cargos e funções, preenchidos e vagos, referentes ao exercício anterior.

Art. 15. O servidor público, legalmente responsável por pessoa deficiente em tratamento especializado, deverá ter sua jornada de trabalho reduzida, conforme dispuser a lei.

Seção IV Das Obras e Serviços Municipais

Art. 16. Nenhum empreendimento de obras e serviços do Município poderá ter início sem prévia elaboração do plano respectivo, no qual, obrigatoriamente, conste:

I – A viabilidade do empreendimento, sua conveniência e oportunidade para o interesse comum;

II – Os por menores para sua execução;

III – Os recursos para atendimento das respectivas despesas;

IV – Os prazos para seu início e conclusão, acompanhados da respectiva justificação;

§ 1º Nenhuma obra, serviço ou melhoramento, salvo caso de extrema urgência, será executado sem prévio orçamento de seu custo.

§ 2º As obras públicas poderão ser executadas pela Prefeitura por suas autarquias e demais entidades da administração indireta, e, por terceiros, mediante licitação.

§ 3º Cabe ao Município, na forma da lei, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, com observância ao que preceituam as regras gerais de licitação, promover e executar as obras e serviços de interesse local que, por sua natureza e extensão, não possam ser atendidas pela iniciativa privada.

Art. 17. As tarifas dos serviços públicos deverão ser fixadas pelo Executivo, tendo em vista a justa remuneração e equidade.

Art. 18. A tarifa cobrada pelo órgão executor dos serviços de saneamento básico do Município, para as residências unifamiliares cujo consumo mensal de água tratada não for superior a 10m³ por residência, não poderá ultrapassar sessenta por cento do valor cobrado pela tarifa de fornecimento de água mensalmente.

§ 1º A tarifa de esgoto cobrada pelo órgão executor dos serviços de saneamento básico do Município, para as residências unifamiliares, cujo consumo mensal de água tratada for superior a 10m³ até 20m³ por residência, não poderá ultrapassar oitenta por cento do valor cobrado pela tarifa de fornecimento de água mensalmente.

§ 2º A tarifa de esgoto cobrada pelo órgão executor dos serviços de saneamento básico do Município, para as residências unifamiliares, cujo consumo mensal de água tratada for superior a 20m³ por residência, não poderá ultrapassar cem por cento do valor cobrado pela tarifa de fornecimento de água mensalmente.

§ 3º As demais categorias de unidades residenciais poderão beneficiar-se da redução estabelecida no caput e § 1º deste artigo, quando promoverem o tratamento primário de seu afluente, conforme projeto aprovado pelo órgão executor dos serviços de saneamento básico no Município.

§ 4º As categorias residenciais terão a tarifa de esgoto cobrada proporcionalmente ao grau de poluição ou contaminação de seu afluente, segundo regulamentação do órgão executor do serviço.

TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I DO PODER LEGISLATIVO

Seção I
Da Câmara Municipal

Art. 19. O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta de Vereadores, eleitos para cada legislatura entre cidadãos maiores de dezoito anos, no exercício dos direitos políticos pelo voto direto e secreto.

§ 1º Cada legislatura terá a duração de quatro anos.

§ 2º A Câmara Municipal é composta de Vereadores, eleitos pelo sistema proporcional como representantes do povo, com mandato de quatro anos.

§ 3º São condições de elegibilidade para o mandato de Vereador, na forma da lei federal:

- I – A nacionalidade brasileira;
- II – O pleno exercício dos direitos políticos;
- III – O alistamento eleitoral;
- IV – O domicílio eleitoral na circunscrição;
- V – A filiação partidária;
- VI – Ser alfabetizado.

§ 4º O número de vereadores será fixado pela Justiça Eleitoral, tendo em vista a população do Município e observado os limites estabelecidos no Art. 29, Inciso IV, da Constituição Federal.

Art. 20. O Poder Legislativo do Município é exercido pela Câmara Municipal composta de nove vereadores eleitos como representantes do povo na forma da lei.

Seção II
Do funcionamento da Câmara Municipal

Art. 21. A Câmara Municipal reunir-se-á anualmente na sua sede, na sede do município, no período de quinze de fevereiro a trinta de junho e de primeiro de agosto a quinze de dezembro de cada ano.

§ 1º As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

§ 2º A Câmara reunir-se-á em sessões ordinárias, extraordinárias e solenes, conforme dispuser o seu Regimento Interno.

§ 3º A convocação extraordinária da Câmara Municipal far-se-á:

- I – Pelo Prefeito, quando este entender necessária;
- II – Pelo Presidente da Câmara para o compromisso e a posse do Prefeito e do Vice-Prefeito;

III – Pelo Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria dos Membros da Casa, em caso de urgência ou interesse público relevante.

§ 4º Na sessão legislativa extraordinária a Câmara Municipal somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada.

§ 5º Os Vereadores tomarão posse no dia 1º de janeiro do primeiro ano de cada legislatura, em sessão solene presidida pelo Vereador mais votado pelo povo, entre os presentes, qualquer que seja o número desses, cabendo ao Presidente prestar o seguinte compromisso: “Prometo cumprir a Constituição da República Federativa do Brasil, a Constituição Estadual, a Lei Orgânica Municipal, observar as leis, desempenhar o mandato que me foi confiado e trabalhar pelo progresso do Município e pelo bem-estar de seu povo”.

§ 6º Prestando o compromisso pelo Presidente, o Secretário que for designado para esse fim fará a chamada nominal de cada Vereador, que declarará: “Assim o prometo”.

§ 7º A Mesa da Câmara, eleita para um mandato de dois anos, compõe-se do Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, os quais se substituirão nessa ordem, nos termos do que preceitua o Regimento Interno, podendo ser reeleito uma única vez, para o cargo idêntico na mesma legislatura.

§ 8º A sessão solene de instalação poderá ocorrer em local diverso da sede da Câmara Municipal.

§ 9º O vereador que não tomar posse na sessão prevista neste artigo deverá fazê-lo no prazo de 15 (quinze) dias, salvo por motivo justo aceito pela Câmara.

§ 10º No ato da posse, os Vereadores deverão desincompatibilizar-se. Na mesma ocasião e ao término do mandato, deverão fazer declaração de bens, a qual será transcrita em livro próprio, constando de ata o seu resumo, apresentando sua declaração de bens e valores, que renovarão anualmente, e o diploma expedido pela Justiça Eleitoral.

Art. 22. À Mesa Diretora, órgão colegiado da Câmara Municipal, dentre outras atribuições, compete tomar todas as medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos.

Art. 23. Dentre outras atribuições, compete ao Presidente da Câmara:

- I – Representar-se a Câmara Municipal em juízo e fora dele;
- II – Dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara Municipal;
- III – Interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;
- IV – Promulgar as resoluções;
- V – Promulgar as leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário, desde que não aceite esta decisão, em tempo hábil, pelo Prefeito;
- VI – Fazer publicar os atos da Mesa, resoluções, decretos legislativos e leis que vier a promulgar;
- VII – Autorizar as despesas da Câmara Municipal;

VIII – Solicitar, por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal, a intervenção no Município nos casos admitidos pela Constituição da República e Constituição do Estado do Piauí;

IX – Manter a ordem no recinto da Câmara Municipal, podendo solicitar a força necessária para este fim.

Art. 24. A Câmara Municipal, a requerimento de qualquer Vereador, aprovado por maioria absoluta, poderá convocar o Prefeito Municipal ou o Vice-Prefeito para prestar esclarecimentos sobre assunto previamente determinado, sob pena de infração política-administrativa o seu não comparecimento sem justificação adequada.

Parágrafo único – A convocação de que trata este artigo poderá ser requerida para participação em Reuniões Ordinárias, Extraordinárias e Audiências Públicas.

Art. 25. A Câmara Municipal poderá convocar, a requerimento de qualquer Vereador, por maioria de seus membros, Secretário Municipal, Diretor, Assessor ou de Agente Público subordinado diretamente ao Prefeito, da Administração Pública direta e indireta para pessoalmente, prestarem informações sobre assunto previamente determinado, sob pena de responsabilidade o não comparecimento sem justificação adequada.

Parágrafo único. A convocação de que trata este artigo poderá ser requerida para participação em reuniões ordinárias, extraordinárias e audiências públicas.

Seção III

Das Atribuições da Câmara Municipal

Art. 26. Cabe à Câmara Municipal, com a devida sanção do Prefeito, legislar sobre quaisquer matérias de interesse e competência legal do Município, e especialmente sobre:

I – Saúde, assistência pública e a proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

II – Proteção de documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural;

III – Abertura de meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

IV – Proteção ao meio ambiente e combate a poluição;

V – Incentivo à indústria e ao comércio;

VI – Fomento da produção agropecuária e da organização do abastecimento alimentar;

VII – Promoção de programas de construção de moradias;

VIII – Criação de programas de construção de moradias;

IX – Promoção de integração social dos setores desfavorecidos e marginalizados;

X – Registro, acompanhamento e fiscalização das concessões de pesquisas e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território;

XI – Estabelecimento e implantação de uma política de educação para o trânsito;

XII – Promoção de desenvolvimento equilibrado e do bem-estar de seu povo;

XIII – Uso e armazenamento de agrotóxicos e afins;

- XIV – Instituir os tributos de sua competência e aplicar suas rendas;
- XV – Autorizar isenções e anistias fiscais e a remissão de dívidas;
- XVI – Votar o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento municipal e também autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;
- XVII – Deliberar sobre obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito e também a forma e os meios de pagamento;
- XVIII – Autorizar a concessão de auxílios e subvenções;
- XIX – Autorizar a concessão de serviços públicos;
- XX – Autorizar a concessão de direito real de uso de bens municipais;
- XXI – Autorizar a concessão administrativa de uso de bens municipais;
- XXII – Autorizar a alienação de bens imóveis;
- XXIII – Autorizar a aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargos;
- XXIV – Criar, transformar e extinguir cargos, empregos e funções públicas e fixar os respectivos vencimentos, inclusive os dos serviços da Câmara Municipal;
- XXV – Criar, estruturar e conferir atribuições aos auxiliares diretos do Prefeito e órgãos da Administração pública;
- XXVI – Revisar o plano diretor;
- XXVII – Delimitar o perímetro urbano;
- XXVIII – Autorizar denominação e alteração de bens próprios, vias e logradouros públicos;
- XXIX – Estabelecer normas urbanísticas, particularmente as que sejam relativas a zoneamento e loteamento;
- XXX – Autorizar referendo e convocar plebiscito;
- XXXI – Criação, organização e supressão de distritos, observada a lei estadual;
- XXXII – Guarda Municipal destinada a proteger a coisa pública municipal.

Art. 27. Compete, privativamente, à Câmara Municipal, exercer as seguintes atribuições, dentre outras:

- I – Eleger sua Mesa Diretora ou destituí-la na forma da lei;
- II – Elaborar o Regimento Interno;
- III – Organizar os seus serviços administrativos, prover os cargos e designar as funções respectivas;
- IV – Propor a criação ou a extinção dos cargos e funções de seus serviços administrativos e a fixação e a alteração da respectiva remuneração;
- V – Conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores;
- VI – Autorizar o Prefeito ou o Vice-Prefeito, quando no exercício do cargo, a ausentar-se do Município, por mais de quinze dias consecutivos; ou do País, por mais de oito dias consecutivos, por necessidade de serviço;
- VII – Tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, no prazo máximo de noventa dias de seu recebimento, observados os seguintes preceitos:
 - a) O parecer prévio somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara;

b) Rejeitadas as contas, serão estas, imediatamente, remetidas ao Ministério Público para fins de direito.

VIII – Decretar a perda do mandato do Prefeito e dos Vereadores, nos termos legais;

IX – Sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar, nos termos da lei;

X – Estabelecer e mudar, temporariamente, o local de suas reuniões;

XI – Deliberar sobre o adiamento e a suspensão de suas reuniões;

XII – Criar comissão parlamentar de inquérito sobre fato determinado e prazo certo, mediante requerimento da maioria absoluta de seus membros, nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal;

XIII – Conceder os títulos de cidadão honorário e de cidadão benemérito ou conferir homenagem a pessoas que, reconhecidamente tenham prestado relevantes serviços ao Município ou nele se destacado, pela atuação exemplar na vida pública e particular, mediante proposta aprovada pelo voto de dois terços dos membros da Câmara Municipal;

XIV – Solicitar a intervenção do Estado no Município mediante proposta aprovada pelo voto de dois terços dos membros da Câmara Municipal;

XV – Processar e julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores nos termos desta Lei Orgânica;

XVI – Fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta;

XVII – Fixar os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais e dos Vereadores através de lei de sua iniciativa, observando-se o que dispõe a Constituição da República e a Constituição do Estado do Piauí.

Seção IV Dos Vereadores

Art. 28. Os Vereadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos, no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

§ 1º Os Vereadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações.

§ 2º É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas aos Vereadores ou a percepção, por estes, das vantagens indevidas.

Art. 29. É vedado ao Vereador:

I – Desde a expedição do diploma:

a) Firmar ou manter contrato com o Município, com suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista ou com empresas concessionárias de serviço público municipal, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) Aceitar ou exercer cargo, emprego ou função, no âmbito da Administração Pública direta ou indireta Municipal salvo mediante aprovação em concurso público, observado o disposto nesta Lei Orgânica.

II - desde a posse:

a) ocupar cargo ou função declarado de livre nomeação e exoneração na Administração Pública direta ou indireta dos entes da Federação, salvo se afastar-se do exercício da Vereança, podendo retornar ao seu cargo eletivo cumprindo no mínimo 30 dias de afastamento.

b) Exercer outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal;

e) Ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público do Município ou nela exercer função remunerada;

d) Patrocinar causa junto ao Município em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere à alínea "a" do inciso I, deste artigo.

Parágrafo único. Na hipótese do afastamento de que trata a alínea "a" do inciso II deste artigo, o Vereador poderá optar pelo subsídio do mandato.

Art. 30. Perderá o mandato o Vereador:

I – Que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II – Que proceder de modo incompatível com a ética e com o decoro parlamentar;

III – Que deixar de comparecer, em cada ano parlamentar, à terça parte das sessões ordinárias da Casa, ou a 04 (quatro) sessões subsequentes, salvo por motivo de força maior, licença ou missão por esta autorizada;

IV – Que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V – Quando decretar a Justiça Eleitoral;

VI – Que sofrer condenação criminal em sentença transitado em julgado;

VII – Que se utilizar do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

VIII – Que fixar residência fora do Município.

§ 1º Além de outros casos definidos no Regimento Interno da Câmara Municipal e em seu Código de Ética e de Decoro Parlamentar, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Vereador ou a percepção de vantagens ilícitas ou imorais.

§ 2º Nos casos dos incisos I, II, VII e VIII, a perda do mandato será decidida pela Câmara Municipal, assegurada ampla defesa e o contraditório, na forma de seu Código de Ética e de Decoro Parlamentar.

§ 3º Nos casos previstos nos incisos III, IV e V, a perda será declarada pela Mesa da Câmara Municipal, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de partido político representado na Câmara Municipal, assegurada ampla defesa e o contraditório.

§ 4º No caso do inciso VI, a perda será decidida, se culposo o crime, na forma do § 2º e declarada, se doloso o crime, nos termos do § 3º.

§ 5º A renúncia de Vereador submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato, nos termos deste artigo, terá seus efeitos suspensos até as deliberações finais de que tratam os §§ 2º, 3º e 4º.

§ 6º A renúncia só produzirá efeitos se a decisão final da Câmara Municipal não concluir pela perda do mandato e, em caso contrário, será arquivada.

Art. 31. O Vereador poderá licenciar-se:

- I – Por motivo de doença, devidamente comprovada;
- II – Para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa;
- III – Para desempenhar missões temporárias de interesse do Município.

§ 1º Ao Vereador licenciado nos termos dos incisos I e III, a Câmara Municipal poderá determinar o pagamento, no valor que estabelecer e na forma que especificar, de auxílio especial.

§ 2º O auxílio de que trata o parágrafo anterior poderá ser fixado no curso da legislatura e não será computado para o efeito de cálculo da remuneração dos Vereadores.

§ 3º A licença para tratar de interesse particular não será inferior a trinta dias e o Vereador não poderá reassumir o exercício do mandato antes do término da licença.

§ 4º Ocorrendo licença por mais de 30 dias, será convocado imediatamente o suplente para substituir o licenciado.

§ 5º Ocorrendo vaga na Câmara Municipal e não havendo suplente, o Presidente da Câmara comunicará o fato ao Tribunal Regional Eleitoral e enquanto a vaga não for preenchida, calcular-se-á o quórum em função dos Vereadores remanescentes.

§ 6º Se o Vereador ocorrer faltoso em três sessões ordinárias consecutivas, sem motivo aceito pela Câmara, o Presidente poderá convocar o suplente, que perceberá jeton descontado do faltoso.

Art. 32. Suspende-se o exercício do mandato do Vereador:

- I – Pela decretação judicial de prisão preventiva;
- II – Pela prisão em flagrante delito;
- III – Pela imposição de prisão administrativa.

Seção V Do Processo Legislativo

Art. 33. O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:

- I – Emendas à Lei Orgânica Municipal;
- II – Leis complementares;
- III – Leis ordinárias;
- IV – Leis delegadas;
- V – Medidas provisórias;
- VI – Decretos legislativos;
- VII – Resoluções.

Parágrafo único. Enquanto não for editada lei complementar municipal dispondo sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis municipais, será adotada como diretriz, no que couber, a legislação federal sobre a matéria.

Art. 34. A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:

I – De um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;

II – Do Prefeito Municipal;

§ 1º A proposta será votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 2º A emenda à Lei Orgânica Municipal será promulgada pela Mesa da Câmara com o respectivo número de ordem.

§ 3º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Art. 35. A lei complementar disporá, dentre outras matérias previstas nesta Lei Orgânica, sobre:

I – Plano diretor;

II – Código tributário;

III – Código de obras;

IV – Código de posturas;

V – Estatuto dos servidores públicos;

VI – Parcelamento, ocupação e uso do solo;

VII – Código sanitário.

Parágrafo único. A lei complementar será aprovada por maioria absoluta.

Art. 36. São matérias de iniciativa privativa do Prefeito, além de outras previstas nesta Lei Orgânica:

I – Criação, transformação, extinção de cargos, funções ou empregos públicos dos órgãos da administração direta, autárquica e fundacional e a fixação ou alteração da respectiva remuneração;

II – Servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

III – Criação, estruturação, atribuição e extinção das secretarias ou departamento equivalente, órgão autônomo e entidade da administração pública indireta;

IV – Plano plurianual;

V – Lei de Diretrizes Orçamentárias;

VI – Orçamento anual;

VII – Autorização para abertura de crédito adicional ou concessão de auxílios, prêmios e subvenções.

§ 1º Não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa privativa do Prefeito, ressalvada a comprovação da existência de receita e no caso do projeto da lei do orçamento anual.

§ 2º Não será admitido projeto de lei, que aumente despesa, sem a demonstração e comprovação da existência da receita.

Art. 37. Compete à Câmara Municipal, mediante iniciativa privativa da Mesa, dispor sobre:

- I – Autorização para abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara Municipal;
- II – Organização dos seus serviços, criação, transformação ou extinção de seus cargos e funções e fixação ou alteração da respectiva remuneração.

Parágrafo único. Nos projetos de competência privativa da Mesa da Câmara, não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista.

Art. 38. O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

§ 1º Solicitada a urgência, a Câmara Municipal deverá se manifestar em quarenta e cinco dias sobre a proposição, contados da data em que for feita a solicitação.

§ 2º Esgotado o prazo previsto no parágrafo anterior, sem deliberação pela Câmara Municipal, será a proposição incluída na ordem do dia, sobrestando-se às demais proposições, para que se ultime a votação.

§ 3º O prazo do § 1º não corre no período de recesso da Câmara Municipal e nem se aplica a projetos de lei orgânica e de lei complementar.

Art. 39. Aprovado o projeto de lei, será enviado ao Prefeito que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º O Prefeito, considerando o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, devendo comunicar, no prazo de quarenta e oito horas, ao Presidente da Câmara Municipal os motivos do veto.

§ 2º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 3º Decorrido o prazo do § 1º, o silêncio do Prefeito importará em sanção.

§ 4º A apreciação do veto pelo plenário da Câmara Municipal será dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, em uma só discussão e votação, com parecer ou sem ele, considerando-se rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores.

§ 5º Rejeitado o veto, será o projeto enviado ao Prefeito para a promulgação.

§ 6º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na ordem do dia da reunião imediata, sobrestado às demais proposições, até a sua votação final, ressalvadas as matérias de que trata o art. 38 desta Lei Orgânica.

§ 7º Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Prefeito, nos casos dos §§ 3º e 5º, o Presidente da Câmara Municipal a promulgará e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente fazê-lo.

§ 8º O prazo do § 4º não corre no período de recesso da Câmara Municipal.

Art. 40. A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, ressalvadas as proposições de iniciativa do Prefeito.

Art. 41. A iniciativa popular será exercida pela apresentação à Câmara Municipal, de projeto de lei subscrito por, no mínimo, cinco por cento dos eleitores inscritos no Município, exigindo a identificação dos assinantes, mediante indicação do número do respectivo título eleitoral.

Seção VI

Da sessão legislativa ordinária

Art. 42. Independentemente de convocação, a sessão legislativa ordinária desenvolve-se de 15 (quinze) de fevereiro a 30 (trinta) de junho e de primeiro de agosto a 15 (quinze) de dezembro.

§ 1º No primeiro ano da legislatura, a Câmara Municipal reunir-se-á em sessão solene, em primeiro de janeiro, e em sessões especiais, a partir de primeiro de janeiro, para a posse dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito e eleição da Mesa, na forma do artigo 21 desta Lei.

§ 2º A sessão legislativa ordinária não será interrompida ou encerrada sem que seja concluída a votação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e de projeto de lei do orçamento.

§ 3º A Câmara reunir-se-á em sessões ordinárias, extraordinárias ou solenes, conforme dispuser o seu Regimento Interno.

§ 4º As sessões extraordinárias serão convocadas pelo Presidente da Câmara em sessão ou fora dela, na forma regimental.

§ 5º As sessões da Câmara serão públicas, salvo deliberação em contrário tomada pela maioria de 2/3 (dois terços) de seus membros, quando ocorrer motivo relevante de preservação do decoro parlamentar.

Art. 43. As sessões da Câmara, excetuadas as de caráter solene, só poderão ser abertas com a presença de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos seus membros. Parágrafo único - Considerar-se-á presente à sessão o Vereador que assinar o livro de presença até o início da Ordem do Dia, participar dos trabalhos e das votações.

Seção VII

Da sessão legislativa extraordinária

Art. 44. A convocação extraordinária da Câmara municipal, far-se-á:

I – Pelo Presidente da Câmara;

II – Pelo Prefeito, quando este a entender necessária;

III – Por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal;

IV - pela Comissão a que se refere o artigo 47 desta Lei.

Art. 45. A convocação, nos casos a que alude o artigo anterior, será feita mediante ofício ao Presidente da Câmara, do qual constarão:

I – A matéria que deverá figurar em sua pauta de trabalho;

II - o período da sessão legislativa extraordinária, cujo início não poderá ter prazo inferior a 03 (três) dias, contados da respectiva convocação.

Parágrafo único. O Presidente da Câmara dará conhecimento da convocação aos Vereadores, em sessão ou fora dela, mediante, neste último caso, comunicação pessoal escrita que lhes será encaminhada no prazo previsto no Regimento Interno.

Art. 46. Durante a sessão legislativa extraordinária, a Câmara deliberará exclusivamente sobre matéria para a qual foi convocada.

Parágrafo único. Todos os projetos relacionados na pauta deverão estar protocolizados, pela Secretaria da Câmara, até o dia da convocação.

Seção VIII Das comissões

Art. 47. A Câmara Municipal terá comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo Regimento Interno ou no ato de que resultar a sua criação.

§ 1º Em cada comissão, será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos políticos ou dos blocos parlamentares que participam da Câmara.

§ 2º Às Comissões cabem:

I – Emitir parecer sobre matérias de sua competência;

II – Realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III – Acompanhar, junto ao governo municipal, os atos da regulamentação, zelando por sua completa adequação;

IV – Receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V – Acompanhar, junto à Prefeitura, a elaboração da proposta orçamentária, bem como a sua posterior execução;

VI – Solicitar depoimento ou esclarecimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VII – Apreciar programas de obras, planos de governo municipal e sobre eles emitir parecer.

Art. 48. As comissões parlamentares de inquérito terão poderes de investigação, além de outros previstos no Regimento Interno da Câmara Municipal, e serão criadas mediante requerimento de 1/3 (um terço) dos membros do Legislativo, para apuração de fato determinado e por tempo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público.

§ 1º As comissões parlamentares de inquérito, no interesse da investigação, poderão:

I – Proceder a vistorias e levantamento nas repartições públicas municipais e entidades da administração indireta, onde terão livre ingresso e permanência;

II – Requisitar de seus responsáveis a exibição de documentos, incluídos os fonográficos e audiovisuais, e a prestação dos esclarecimentos necessários;

III – Transportar-se aos lugares onde se fizer mister a sua presença, ali realizando os atos que lhes competirem.

§ 2º No exercício de suas atribuições, poderão, ainda, as comissões parlamentares de inquérito, por intermédio de seu Presidente:

I – Determinar as diligências que reputarem necessárias;

II – Requerer a convocação de Secretário Municipal;

III – Tomar o depoimento de quaisquer autoridades municipais;

IV – Intimar testemunhas e inquiri-las sob Compromisso;

V – Proceder a verificações contábeis em livros e documentos impressos ou constantes em mídia digital dos órgãos da Administração direta e indireta do Município;

VI – Requisitar à Presidência da Câmara Municipal o encaminhamento das medidas judiciais adequadas à obtenção de provas que lhe forem sonegadas.

§ 3º - É fixado em 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período, desde que solicitado e devidamente justificado, o prazo para que os responsáveis pelos órgãos da administração direta e indireta prestem as informações e encaminhem os documentos requisitados.

Art. 49. A Câmara Municipal manterá comissão interpartidária permanente, com responsabilidade de fiscalização contábil e administrativa, cabendo-lhe apresentar, mensalmente, ao Plenário a prestação de contas do movimento interno de receita e despesa, com as especificações cabíveis.

Art. 50. Durante o recesso, salvo convocação extraordinária, funcionará uma comissão representativa da Câmara, eleita na última sessão ordinária do período legislativo, com atribuições definidas no Regimento Interno, cuja composição reproduzirá, tanto quanto possível, a responsabilidade da representação partidária.

Parágrafo único. Durante o mês de janeiro do primeiro ano da legislatura, caberão à Mesa as atribuições da comissão referida no "caput" deste artigo.

CAPÍTULO II DO PODER EXECUTIVO

Seção I Do Prefeito e do Vice-Prefeito

Art. 51. O Poder Executivo Municipal é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais, Procurador Geral ou Diretores Equivalentes.

Parágrafo único. O Prefeito e o Vice-Prefeito poderão concorrer à reeleição para mais um mandato, nos termos da legislação eleitoral vigente.

Art. 52. O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse em sessão da Câmara Municipal, no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao dia da eleição, prestando o seguinte compromisso: “PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR a Lei Orgânica Municipal, observar as leis da União e do Estado, promover o bem geral dos municípios e exercer o cargo sob a inspiração da democracia, da legitimidade e da legalidade”.

§ 1º Se decorridos dez dias da data fixada para a posse, caso o Prefeito ou Vice-Prefeito, não tiver assumido o cargo, salvo motivo de força maior, este será declarado vago pela Câmara Municipal.

§ 2º O Prefeito será substituído, no caso de impedimento ou ausência do Município e sucedido, no caso de vaga, pelo Vice-Prefeito ou, na ausência de ambos ou vacância de seus cargos, pelo Presidente da Câmara Municipal.

§ 3º O Vice-Prefeito não poderá se recusar a substituir o Prefeito, sob pena de extinção de seu mandato.

§ 4º O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, auxiliará o Prefeito sempre que por ele for convocado para missões especiais.

§ 5º Na hipótese de vacância dos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, serão obedecidas as seguintes regras:

I – Se a vacância ocorrer antes dos últimos quinze meses de mandato será realizado eleição após noventa dias, contados a partir da abertura da última vaga;

II – Se a vacância ocorrer nos últimos quinze meses de mandato assumirá o Presidente da Câmara e, no caso do impedimento deste, ou de sua renúncia da função de dirigente do Poder Legislativo, aquele que a Câmara Municipal eleger dentre os seus membros;

III – Em qualquer dos casos, os substitutos completarão o período dos seus antecessores.

§ 6º No ato de posse, o Prefeito e o Vice-Prefeito apresentarão seus diplomas expedidos pela Justiça Eleitoral e farão declaração de bens, renovando-a anualmente, as quais serão arquivadas na Câmara Municipal.

Art. 53. O Prefeito e o Vice-Prefeito, este quando no exercício do cargo de Prefeito, não poderão se ausentar do Município, por mais de 15 (quinze) dias consecutivos; ou do País, por mais de oito dias consecutivos, sem a devida licença da Câmara Municipal.

§ 1º O Prefeito, regularmente licenciado, terá direito a perceber a remuneração, quando:

I – Na impossibilidade de exercer o cargo, por motivo de doença, devidamente comprovada;

II – Em gozo de férias;

III – A serviço ou em missão de representação do Município.

§ 2º O Prefeito gozará férias anuais de trinta dias, sem prejuízo da remuneração, ficando a seu critério a época para usufruir o descanso.

§ 3º A remuneração do Prefeito e do Vice-Prefeito será estipulada na forma do inciso XVII do art. 27, desta Lei Orgânica.

Art. 54. Suspende-se o exercício do mandato do Prefeito:

- I – Pela decretação judicial de prisão preventiva;
- II – Pela prisão em flagrante delito;
- III – Pela imposição de prisão administrativa.

Seção II Das Atribuições do Prefeito

Art. 55. Ao Prefeito, como Chefe da Administração Municipal, compete dar cumprimento às decisões da Câmara Municipal, dirigir, fiscalizar, e defender os interesses do Município, bem como adotar, de acordo com a lei, todas as medidas administrativas de interesse público, sem exceder as verbas orçamentárias.

Art. 56. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:

- I – Dar iniciativa às proposições de projetos de lei, na forma e casos previstos nesta Lei Orgânica;
- II – Representar o Município em juízo e fora dele;
- III – Sancionar, promulgar e fazer publicar leis aprovadas pela Câmara Municipal e expedir os regulamentos para sua fiel execução;
- IV – Vetar, no todo ou em parte, os projetos de lei aprovados pela Câmara Municipal;
- V – Declarar a necessidade ou a utilidade pública e também o interesse social ou urbanístico, para fins de desapropriação, nos termos da lei federal;
- VI – Expedir decretos, portarias e outros atos administrativos;
- VII – Permitir ou autorizar a execução de serviços públicos por terceiros;
- VIII – Prover os cargos públicos e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores;
- IX – Enviar à Câmara Municipal os projetos de lei relativos ao orçamento anual, às diretrizes orçamentárias e ao plano plurianual do Município nos prazos previstos nesta Lei Orgânica;
- X – Encaminhar à Câmara Municipal até 31 de março de cada ano subsequente a prestação de contas e os balanços do exercício findo;
- XI – Encaminhar aos órgãos competentes os planos de aplicação e as prestações de contas exigidas em lei;
- XII – Fazer publicar os atos oficiais;
- XIII – Prestar à Câmara Municipal, no prazo de quinze dias, as informações por ela solicitadas, bem como resposta aos requerimentos dela recebidos, salvo prorrogação a seu pedido e por no máximo sessenta dias, em face da complexidade da matéria ou da dificuldade de obtenção dos dados pleiteados;
- XIV – Prover os serviços e obras da Administração Pública;

- XV – Superintender a arrecadação dos tributos, bem como a guarda e aplicação de receita, autorizando as despesas e pagamento dentro das disponibilidades ou dos créditos votados pela Câmara Municipal;
- XVI – Colocar à disposição da Câmara Municipal, até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, independente de requisição, os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias, aí compreendidos os créditos suplementares e especiais, mediante depósito em conta própria, vedada a retenção ou restrição ao repasse ou emprego dos recursos atribuídos ao Legislativo, sob pena de responsabilidade;
- XVII – Aplicar multas previstas em leis e contratos, como também revê-las quando impostas irregularmente;
- XVIII – Resolver sobre os requerimentos, reclamações ou representações que lhe forem dirigidas;
- XIX – Oficializar, obedecidas às normas urbanísticas, as vias e logradouros públicos, mediante denominação aprovada pela Câmara Municipal;
- XX – Convocar extraordinariamente a Câmara Municipal, quando o interesse da administração exigir;
- XXI – Aprovar projetos de edificação e planos de loteamento, arruamento e zoneamento urbanos ou para fins urbanos;
- XXII – Apresentar, anualmente, à Câmara Municipal, relatório circunstanciado sobre o estado das obras e dos serviços municipais, bem como o programa da administração para o ano seguinte;
- XXIII – Organizar serviços internos das repartições criadas por lei, sem exceder as verbas para tal destinadas;
- XXIV – Contrair empréstimos e realizar operações de crédito, mediante prévia autorização da Câmara Municipal;
- XXV – Providenciar sobre a administração dos bens do Município e sua alienação na forma da lei;
- XXVI – Organizar e dirigir, nos termos da lei, os serviços relativos às terras do Município;
- XXVII – Desenvolver o sistema viário do Município;
- XXVIII – Conceder auxílios, prêmios e subvenções, nos limites das respectivas verbas orçamentárias e do plano de distribuição, prévia e anualmente aprovado pela Câmara Municipal;
- XXIX – Estabelecer a divisão administrativa do Município de acordo com a lei;
- XXX – Solicitar o auxílio das autoridades policiais do Estado para garantia do cumprimento de seus atos;
- XXXI – Solicitar, obrigatoriamente, autorização à Câmara Municipal para ausentar-se do Município, por tempo superior a quinze dias consecutivos; ou do País, por mais de oito dias consecutivos;
- XXXII – Adotar providências para a conservação e salvaguarda do patrimônio municipal;
- XXXIII – Publicar, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária;

XXXIV – Publicar, até trinta dias após o encerramento de cada quadrimestre, relatório de gestão fiscal;

XXXV – Programar políticas públicas para a prevenção, conservação e salvaguarda de toda a biodiversidade existente no âmbito do Município de Francisco Macedo;

XXXVI – Dar cumprimento às decisões da Câmara;

XXXVII – Editar medidas provisórias na forma da Lei Orgânica;

XXXVIII – Decretar nos termos da lei federal e estadual, medida excepcional de calamidade e situação de emergência por desastres que atinjam a população do município.

Art. 57. O Prefeito poderá delegar, por decreto, a seus auxiliares diretos, as funções administrativas previstas nos incisos VIII, XIV, XV, XVII, XVIII, XXI, XXIII, XXVI, XXVII, XXXIII e XXXIV do artigo anterior.

Parágrafo único. O Prefeito Municipal poderá delegar, por decreto, aos seus auxiliares diretos a função de responder aos requerimentos recebidos da Câmara Municipal, com observação ao prazo de que trata o inciso XIII do artigo anterior.

Seção III

Da Perda e Extinção do Mandato

Art. 58. É vedado ao Prefeito assumir outro cargo ou função na Administração Pública direta ou indireta, ressalvada a posse, em virtude de concurso público e observado o disposto nesta Lei Orgânica.

§ 1º É igualmente vedado ao Prefeito e ao Vice-Prefeito desempenhar função de administração em qualquer empresa privada.

§ 2º A infringência ao disposto neste artigo importará em perda do mandato.

Art. 59. As incompatibilidades declaradas nos incisos e alíneas do art. 29 desta Lei Orgânica estendem-se no que forem aplicáveis ao Prefeito e aos seus auxiliares diretos.

Art. 60. Será declarado vago pela Câmara Municipal o cargo de Prefeito quando:

I – Ocorrer falecimento, renúncia ou condenação por crime funcional ou eleitoral;

II – Deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara Municipal, dentro do prazo previsto nesta Lei Orgânica;

III – Infringir as normas do artigo 52 desta Lei Orgânica;

IV - perder ou tiver suspensos os direitos políticos.

§ 1º São crimes de responsabilidade os atos do Prefeito que atentem contra a Constituição da República, a Constituição do Estado de Piauí, esta Lei Orgânica e, especialmente, contra:

I – À existência da União, do Estado e do Município;

II – O livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Poderes Constitucionais das Unidades da Federação;

III – O exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

IV – A segurança interna do País, do Estado e do Município;

V – A probidade na administração;

VI – A lei orçamentária;

VII – O cumprimento das leis e das decisões judiciais.

a) Esses crimes são definidos em lei especial, que estabelece normas de processo e julgamento;

b) Nos crimes de responsabilidade, assim como nos comuns, o Prefeito será submetido a processo e julgamento perante o Tribunal de Justiça;

c) O Prefeito não pode, na vigência de seu mandato, ser responsabilizado por ato estranho ao exercício de suas funções.

§ 2º São infrações político-administrativas do Prefeito, sujeito ao julgamento pela Câmara Municipal e sancionadas com a perda do mandato:

I – Impedir o funcionamento regular da Câmara Municipal;

II – Impedir o exame de livros, folhas de pagamento e demais documentos que devam constar do arquivo da Prefeitura, bem como a verificação de obras e serviços municipais, por comissão de investigação da Câmara Municipal;

III - desatender, sem motivo justo, as convocações ou pedidos de informação da Câmara Municipal, quando feitos a tempo e em forma regular;

IV – Deixar de apresentar à Câmara Municipal, no devido tempo, e em forma regular, a proposta orçamentária;

V – Retardar ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a esta formalidade;

VI – Descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro;

VII – Praticar ato administrativo contra expressa disposição de lei, omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município, sujeitos à administração da Prefeitura;

VIII – Ausentar-se do Município, por tempo superior ao permitido em lei, ou afastar-se da Prefeitura, sem autorização da Câmara Municipal;

IX – Residir fora do Município;

X – Proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo.

a) A denúncia, escrita e assinada, poderá ser feita por qualquer eleitor à Câmara Municipal com exposição de fatos e a indicação de provas;

b) Se o denunciante for Vereador, ficará impedido de integrar a comissão processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação e se for Presidente da Câmara Municipal, passará a Presidência ao seu substituto legal para os atos do processo e só votará se necessário para completar o quórum de julgamento. Será convocado o suplente do Vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a comissão processante;

c) Nas infrações político-administrativas, o Prefeito será submetido a processo e julgamento perante a Câmara Municipal, se admitida à acusação por dois terços de seus membros;

d) De posse da denúncia, o Presidente da Câmara Municipal na primeira reunião subsequente determinará sua leitura e constituirá a comissão processante, formada por

cinco Vereadores, sorteados entre os desimpedidos e pertencentes a partidos diferentes, os quais elegerão desde logo o Presidente e o Relator;

e) A Comissão Processante, no prazo de quinze dias, emitirá parecer que será submetido ao Plenário, opinando pelo prosseguimento ou o arquivamento da denúncia, podendo proceder às diligências que julgar necessárias;

f) Aprovado o parecer favorável ao prosseguimento do processo, o Presidente da comissão processante determinará, desde logo, a abertura de instrução, notificando o denunciado, com remessa de cópia da denúncia, dos documentos que a instruem e do parecer da comissão, informando-lhe o prazo de quinze dias para o oferecimento da defesa e indicação dos meios de prova com que pretendia demonstrar a verdade do alegado;

g) Findo o prazo estipulado na alínea anterior, com ou sem defesa, a comissão processante determinará as diligências requeridas ou que julgar convenientes e realizará as audiências necessárias para a tomada do depoimento das testemunhas de ambas as partes, podendo ouvir o denunciante ou o denunciado, que poderão assistir pessoalmente ou por procurador, a todas as reuniões e diligências da comissão, interrogando e contraditando as testemunhas, requerendo a reinquirição ou acareação das pessoas e requerer diligências;

h) Após as diligências a comissão processante proferirá no prazo de quinze dias parecer final sobre a procedência ou improcedência da acusação e solicitará ao Presidente da Câmara Municipal a convocação da reunião para julgamento, que se realizará após a distribuição do parecer;

i) Na reunião de julgamento, poderão se manifestar verbalmente, pelo tempo máximo de quinze minutos cada um, sendo que, ao final, o denunciado ou seu procurador terá o prazo máximo de duas horas para produzir sua defesa oral;

j) terminada a defesa, proceder-se-á a tantas votações nominais quantas forem as infrações articuladas na denúncia;

l) considerar-se-á afastado, definitivamente do cargo, o denunciado que for declarado, pelo voto de dois terços dos membros da Câmara Municipal, incurso em qualquer das infrações especificadas na denúncia;

m) concluído o julgamento, o Presidente da Câmara Municipal proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar ata que consigne a votação nominal sobre cada infração e, se houver condenação, expedirá o competente decreto legislativo de cassação do mandato do Prefeito ou, se o resultado da votação for absolutório, determinará o arquivamento do processo, comunicando, em qualquer dos casos, o resultado à Justiça Eleitoral.

§ 3º A renúncia do Prefeito submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato, nos termos deste artigo, terá seus efeitos suspensos até a deliberação final da Câmara Municipal.

§ 4º A renúncia só produzirá efeitos se a decisão final da Câmara Municipal não concluir pela perda do mandato e, em caso contrário, será arquivada.

Seção IV
Dos Auxiliares Diretos do Prefeito

Art. 61. São auxiliares diretos do Prefeito, os Secretários Municipais, o Procurador Geral do Município, o Presidente da Comissão Permanente de Licitação, O Controlador Geral do Município, O Chefe de Gabinete do Prefeito, Os Diretores, Os Chefes de Departamentos e os detentores de cargos comissionados.

§ 1º Os cargos enumerados no **caput** deste artigo são de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal.

§ 2º A lei municipal estabelecerá as atribuições dos auxiliares diretos do Prefeito, definindo lhes a competência, deveres e responsabilidades.

§ 3º Os Secretários Municipais, o Procurador Geral do Município, os integrantes da CPL, o Controlador Geral, o Chefe de Gabinete do Prefeito, os Diretores e os Chefes de Departamento, são solidariamente responsáveis com o Prefeito pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem.

§ 4º Os auxiliares diretos do Prefeito farão declaração de bens no ato da posse e renovarão anualmente ou quando de sua exoneração do cargo, a fim de ser arquivada na Câmara Municipal.

§ 5º Os auxiliares diretos do Prefeito descritos no **caput** deste artigo serão escolhidos dentre brasileiros maiores de 21 anos e no exercício dos direitos políticos.

CAPÍTULO III

DOS CONSELHOS MUNICIPAIS E DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS

Art. 62. Os Conselhos Municipais são órgãos de participação direta dos diversos segmentos da sociedade nos assuntos públicos e, a eles compete propor, fiscalizar e deliberar matérias referentes a cada setor da Administração Pública Municipal, conforme lei.

Parágrafo único. A lei definirá as atribuições, composição, deveres e responsabilidades dos Conselhos, nos quais se assegurará a participação das entidades representativas da sociedade civil.

Art. 63. As associações comunitárias de moradores devem ser reconhecidas pelo Poder Público Municipal como legítimas representantes da população de um determinado bairro ou de um conjunto de bairros, quando se tratar de um fórum de entidades de atuação regional.

Parágrafo único. Além de respeitar a autonomia e a independência destas entidades e fóruns, o Poder Público Municipal deve estimulá-los a atuarem como instâncias de discussão e elaboração de políticas públicas, em âmbito local, regional e municipal.

CAPÍTULO IV

DA ÉTICA E TRANSPARÊNCIA NOS PODERES MUNICIPAIS

Art. 64. Com o propósito de conferir ética e rigor às atividades e funções desempenhadas pelos Poderes Legislativo e Executivo Municipais, os mesmos ficarão incumbidos de criar mecanismos, através dos meios de comunicação e na forma da lei, de divulgar informações relacionadas com a arrecadação e gastos com todos os recursos públicos, assim como das licitações, contratos e convênios por eles estabelecidos.

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e a realização de audiências públicas no âmbito do Poder Legislativo.

Art. 65. Os Poderes Legislativo e Executivo, no âmbito de suas competências, criarão ouvidorias com o propósito de permitir o controle social e dar maior transparência às suas ações.

CAPÍTULO V

DA CONSULTA POPULAR

Art. 66. O Prefeito Municipal deverá realizar consultas populares para decidir sobre assuntos de interesse específico do Município, de bairro ou distrito, cujas medidas deverão ser tomadas diretamente pela administração municipal.

Art. 67. A consulta popular poderá ser realizada sempre que a maioria absoluta dos membros da Câmara ou pelo menos cinco por cento do eleitorado inscrito no Município, no bairro ou no distrito, com a identificação do título eleitoral, apresentarem proposição neste sentido.

Art. 68. A votação será organizada pelo Poder Executivo no prazo de dois meses após a apresentação da proposição, adotando-se cédula oficial que conterà as palavras “sim” e “não”, indicando, respectivamente, aprovação e rejeição da proposição.

§ 1º A proposição será considerada aprovada se o resultado lhe tiver sido favorável pelo voto da maioria dos eleitores que comparecerem as urnas, em manifestação a que se tenham apresentado pelo menos cinquenta por cento da totalidade dos eleitores envolvidos.

§ 2º Serão realizadas, no máximo, duas consultas por ano.

§ 3º É vedado à realização de consulta popular nos quatro meses que antecedem as eleições para qualquer nível de governo.

Art. 69. O Prefeito Municipal proclamará o resultado da consulta popular que será considerada como decisão sobre a questão proposta, devendo o governo municipal, quando couber, adotar as providências legais para sua consecução.

CAPÍTULO VI DOS ATOS MUNICIPAIS

Art. 70. A publicação das leis e dos atos municipais far-se-á em órgão oficial ou, havendo, em órgão da imprensa local.

§ 1º No caso de não haver periódicos no Município, a publicação será feita por afixação, em local próprio e de acesso público, na sede da Prefeitura Municipal ou Câmara Municipal.

§ 2º A publicação dos atos não normativos, pela imprensa, poderá ser resumida.

§ 3º A escolha do órgão de imprensa particular para divulgação dos atos municipais será feita por meio de licitação em que se levarão em conta, além dos preços, as circunstâncias de periodicidade, tiragem e distribuição.

Art. 71. A formalização dos atos administrativos da competência do Prefeito far-se-á:

I – Mediante decreto, numerado, em ordem cronológica, quando se trata de:

- a) Regulamentação de lei;
- b) Criação ou extinção de gratificações;
- c) Abertura de Créditos especiais e suplementares;
- d) Declaração de utilidade pública ou interesse social para efeito de desapropriação ou servidão administrativa;
- e) Criação, alteração e extinção de órgão da Prefeitura quando autorizada em lei;
- f) Definição da competência dos órgãos e das atribuições dos servidores da prefeitura, não privativas de lei;
- g) Aprovação de regulamentos e regimentos dos órgãos da administração direta;
- h) Aprovação dos estatutos dos órgãos da administração descentralizada;
- i) Fixação e alteração dos preços dos serviços concedidos ou autorizados;
- j) Permissão para exploração de serviços públicos e para uso de bens municipais;
- k) Aprovação de planos de trabalho dos órgãos da administração direta;
- l) Criação, extinção, declaração ou modificação de direitos dos administradores, não privativos da lei;
- m) Medidas executórias do plano diretor;
- n) Estabelecimento de normas de efeitos externos, não privativas da lei;

II – Mediante portaria quando se tratar de:

- a) Provimento e vacância de cargos públicos e demais atos de efeitos individuais relativos aos servidores municipais;
- b) Lotação e relotação nos quadros de pessoal;
- c) Criação de comissões e designação de seus membros;
- d) Instituição e dissolução de grupos de trabalho;

- e) Autorização para contratação de servidores por prazo determinado e dispensa;
 - f) Abertura de sindicância e processos administrativos e aplicação de penalidades;
 - g) Outros atos que, por sua natureza ou finalidade, não sejam objetos de lei ou decreto.
- Parágrafo único. Poderão ser delegados os atos constantes do item II deste artigo.

TÍTULO III DAS FINANÇAS PÚBLICAS

CAPÍTULO I DA TRIBUTAÇÃO

Art. 72. Compete ao Município instituir os seguintes tributos:

- I – Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana;
- II – Imposto sobre serviços de qualquer natureza, não compreendidos, no inciso II, do art. 155, da Constituição da República, definidos em lei complementar;
- III – Imposto sobre transmissão de bens Inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso:
 - a) De bens imóveis por natureza ou cessão física;
 - b) De direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;
 - c) De cessão de direitos à aquisição de imóvel;
- IV – Taxas:
 - a) Em razão do exercício do poder de polícia;
 - b) Pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte, ou postos à sua disposição.
- V – Contribuição de melhoria, decorrente de obra pública.

§ 1º O imposto previsto no inciso I será progressivo, na forma a ser estabelecida em lei, de modo a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

§ 2º Em relação ao imposto previsto no inciso II, cabe à lei tributária:

- I – Fixar as suas alíquotas máximas;
- II – Excluir da sua incidência exportações e serviços para o exterior.

§ 3º O imposto previsto no inciso III não incide sobre a transmissão de bens e direitos incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 4º As taxas não poderão ter base de cálculo própria dos impostos, nem será graduada em função do valor financeiro ou econômico do bem, direito ou interesse do contribuinte.

CAPÍTULO II DOS ORÇAMENTOS

Art. 73. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão com observância dos preceitos correspondentes da Constituição da República e da Constituição do Estado de Piauí:

- I – O plano plurianual;
- II – As diretrizes orçamentárias;
- III – O orçamento anual.

§ 1º As leis orçamentárias previstas neste artigo, além do disposto nesta Lei Orgânica, obedecerão aos termos da legislação federal, incluindo-se a participação popular através de audiências públicas.

§ 2º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras dela decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada em consonância com o plano diretor.

§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual e disporá sobre as alterações na legislação tributária.

§ 4º A lei orçamentária anual compreenderá:

- I – O orçamento fiscal referente aos Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas ou mantidas pelo Município;
- II – O orçamento de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
- III – O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração direta e indireta, bem como os fundos e fundações instituídos ou mantidos pelo município.

§ 5º Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais, bem como suas emendas, serão apreciados pela Câmara Municipal, na forma do seu Regimento Interno.

Art. 74. O Prefeito poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificações nos projetos a que se refere este capítulo, enquanto não iniciar a votação, na Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, da parte cuja alteração é proposta.

Art. 75. Os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, serão enviados pelo Prefeito à Câmara Municipal, nos seguintes prazos:

- I – O plano plurianual até o dia 30 de junho do primeiro ano do mandato do Prefeito e devolvido para a sanção até o dia 30 de setembro do mesmo ano;

- II – O de diretrizes orçamentárias até o dia 30 de junho e devolvido para sanção até o dia 30 de setembro de cada ano;
- III – O do orçamento anual até o dia 15 de outubro de cada ano e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

Art. 76. A prestação de contas do exercício anterior será encaminhada pelo Prefeito à Câmara Municipal até 31 de março.

Parágrafo único. As contas apresentadas pelo Prefeito ficarão disponíveis na sede da Câmara Municipal, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade, e os documentos não poderão ser fotocopiados e nem retirados dos volumes de seus arquivos.

CAPITULO III DAS VEDAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 77. São vedados:

- I – A inclusão de dispositivos estranhos à previsão da receita e à fixação da despesa, excluindo-se as autorizações para abertura de créditos adicionais suplementares e contratações de operações de crédito de qualquer natureza e objetivo;
- II – O início de programas ou projetos não incluídos no orçamento anual;
- III – A realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários originais ou adicionais;
- IV – A realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares especiais, aprovados pela Câmara Municipal por maioria absoluta;
- V – A vinculação de receita de impostos a órgãos ou fundos especiais, ressalvada a que se destine a prestação de garantia às operações de crédito por antecipação de receita;
- VI – A abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;
- VII – A concessão ou utilização de créditos limitados;
- VIII – A utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos de orçamento fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações ou fundos especiais;
- IX – A instituição de fundos especiais de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

§ 1º Os créditos adicionais especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados. Salvo se ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reaberto nos seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 2º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender as despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de calamidade pública e situação de emergência, observada a legislação específica.

CAPÍTULO IV

DAS EMENDAS AOS PROJETOS ORÇAMENTÁRIOS

Art. 78. Os projetos de leis relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais suplementares essenciais serão apreciados pela Câmara Municipal, na forma do Regimento Interno.

§ 1º Caberá à comissão da Câmara Municipal:

I – Examinar e emitir parecer sobre os projetos de plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento anual e sobre as contas do município apresentadas anualmente pelo Prefeito.

II – Examinar e emitir parecer sobre os planos e programas municipais, acompanhar e fiscalizar as operações resultantes ou não da execução do orçamento, sem prejuízo das demais comissões criadas pela Câmara Municipal.

§ 2º As emendas serão apresentadas na Comissão de Orçamento e finanças, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas, na forma do Regimento Interno, pelo plenário da Câmara Municipal.

§ 3º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente poderão ser aprovados caso:

I – Sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II – Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidem sobre:

- a) Dotações para pessoal e seus encargos;
- b) Serviço da dívida;
- c) Transferências tributárias para autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público municipal;

III – Sejam relacionadas:

- a) Com a correção de erros ou omissões;
- b) Com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 4º As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

§ 5º O Prefeito Municipal poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na comissão de Orçamentos e Finanças, da parte cuja alteração é proposta.

§ 6º Os projetos de lei do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados pelo Prefeito Municipal nos termos da lei municipal, enquanto não vier a lei complementar de que trata o § 9º do artigo 165 da Constituição Federal.

§ 7º Aplicam-se aos projetos referidos neste artigo, no que não contrariar o disposto nesta seção, as demais normas relativas ao processo legislativo.

§ 8º Os recursos, que em decorrência do veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais com prévia e específica autorização legislativa.

CAPÍTULO V DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 79. A execução do orçamento do Município se refletirá na obtenção de suas receitas próprias, transferidas e outras, bem como na utilização das dotações, consignadas as despesas para a execução dos programas nele determinados, observando sempre o princípio do equilíbrio.

Art. 80. O Prefeito Municipal fará publicar, até trinta dias após o encerramento de cada semestre, relatório resumido da execução orçamentária.

Art. 81. As alterações orçamentárias durante o exercício se representarão:

- I – Pelos créditos adicionais, suplementares, especiais e extraordinários;
- II – Pelos remanejamentos, transferências e transposições de recursos de uma categoria de programação para outra.

Parágrafo único. O remanejamento, a transferência e a transposição somente se realizarão quando autorizados em lei específica que contenha a justificativa.

Art. 82. Na efetivação dos empenhos sobre as dotações fixadas para cada despesa será emitido o documento “nota de empenho”, que conterà as características já determinadas nas normas gerais de direito financeiro.

§ 1º Fica dispensada a emissão da nota de empenho nos seguintes casos:

- I – Despesas relativas à pessoal e seus encargos;
- II – Contribuições para o PASEP;
- III – Amortização, juros e serviços de empréstimos e financiamentos obtidos;
- IV – Despesas relativas a consumo de água, energia elétrica, utilização dos serviços de telefone, postais e telegráficos e outros que vierem a ser definidos por atos normativos próprios.

§ 2º Nos casos previstos no parágrafo anterior, os empenhos e os procedimentos de contabilidade terão a base legal dos próprios documentos que originarem o empenho.

CAPÍTULO VI DA GESTÃO DA TESOUREARIA

Art. 83. As receitas e as despesas orçamentárias serão movimentadas através de caixa única, regularmente instituída.

Parágrafo único. A tesouraria do Município é o órgão competente por onde serão movimentados os recursos que lhe forem liberados.

Art. 84. Poderá ser constituído regime de adiantamento em cada uma das unidades de administração direta, nas autarquias, nas fundações instituídas pelo poder municipal e na Câmara Municipal para ocorrer às despesas munidas de pronto pagamento definidas em lei.

CAPÍTULO VII DA ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL

Art. 85. A contabilidade do Município obedecerá, na organização do seu sistema administrativo e informativo nos seus procedimentos aos princípios fundamentais de contabilidade e às normas estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 86. A Câmara Municipal poderá ter a sua própria contabilidade, quando administrativamente autônoma.

Parágrafo único. A contabilidade da Câmara Municipal encaminhará as suas demonstrações até o dia 30 do mês subsequente, para fins de incorporação à contabilidade central da Prefeitura.

CAPÍTULO VIII DAS CONTAS MUNICIPAIS

Art. 87. Até sessenta dias após o início da sessão legislativa de cada ano, o Prefeito Municipal encaminhará ao Tribunal de Contas do Estado:

I – Demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras da administração direta e indireta, inclusive dos fundos especiais e das fundações instituídas e mantidas pelo poder público;

II – Demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras consolidadas dos órgãos da administração direta com as dos fundos especiais das fundações e das autarquias, instituídos e mantidos pelo poder público municipal;

III – Demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras consolidadas das empresas municipais;

IV – Notas explicativas às denominações de que trata este artigo;

V – Relatório circunstanciado da gestão dos recursos públicos municipais no exercício demonstrado.

CAPÍTULO IX DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 88. São sujeitos à tomada ou a prestação de contas os agentes da administração municipal responsáveis por bens e valores pertencentes ou confiados à fazenda pública municipal.

§ 1º O Tesoureiro do Município, ou servidor que exerça a função, fica obrigado a apresentação do boletim diário de tesouraria, que será levado ao Prefeito Municipal.

§ 2º Os demais agentes municipais apresentarão as suas respectivas prestações de contas até o dia quinze do mês subsequente aquele em que o valor tenha sido recebido.

CAPÍTULO X DO CONTROLE INTERNO INTEGRADO

Art. 89. Os poderes executivo e legislativo manterão de forma integrada, um sistema de controle interno, apoiando nas informações contábeis, com objetivo de:

I – Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas do governo municipal;

II – Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nas entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos municipais por entidades de direito privado;

III – Exercer o controle de empréstimos e dos financiamentos, avais e garantias, bem como dos direitos e deveres do Município.

TÍTULO IV DA SOCIEDADE

CAPÍTULO I DO URBANISMO

Seção I Do Meio Ambiente

Art. 90. Todos têm direito ao meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado, como bem de uso comum do povo e essencial à adequada e sadia qualidade de vida,

impondo-se à coletividade e, em especial, ao Município o dever de defendê-lo e preservá-lo para o benefício das gerações atuais e futuras.

Parágrafo único. Para assegurar efetividade do direito a que se refere este artigo, impõe-se ao Município, através do órgão específico da Administração Pública direta, subordinado diretamente ao Prefeito, na forma da lei:

I – Definir a política ambiental para o município;

II – Promover a educação ambiental multidisciplinar em todos os níveis de ensino e disseminar a conscientização pública para a conservação ambiental;

III – Proteger a fauna e a flora;

IV – Controlar a produção, comercialização e emprego de técnicas, métodos, substâncias e equipamentos que importem em risco de vida;

V – Promover a cooperação mútua com entidades e órgãos públicos e privados visando à pesquisa, ao planejamento e à execução de projetos ambientais;

VI – Manter articulação permanente com os demais municípios de sua região e com o Estado visando à racionalização da utilização dos recursos hídricos e das bacias hidrográficas, respeitadas as diretrizes estabelecidas pela União;

VII – Implantar programas de reflorestamento de encostas como forma de controle das ocupações desordenadas e preservação do meio ambiente;

VIII – Aplicar as penalidades cabíveis, inclusive a cassação do alvará de funcionamento, nos casos em que se verificar reincidência na violação das normas ambientais em vigor, independente de outras sanções, a serem regulamentadas através de lei;

IX – Garantir o amplo acesso dos interessados às informações básicas sobre o meio ambiente e sobre as fontes e causas da poluição e da degradação ambiental, informando a população sobre os níveis de poluição e as situações de risco de acidentes ecológicos no Município.

Art. 91. Ficará a cargo do Poder Executivo a elaboração do plano municipal de meio ambiente e recursos naturais, a ser aprovado pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, atendendo aos princípios estabelecidos na Constituição da República, na Constituição do Estado do Piauí, no Estatuto da Cidade e nos preceitos contidos nesta Lei Orgânica.

Art. 92. A instalação de aterro sanitário, de aterro de inertes e de unidade de transbordo dependerá de prévia análise e aprovação do Conselho Municipal de Meio Ambiente, ouvida a sociedade civil e organizações de defesa do meio ambiente, mediante realização de audiência pública na Câmara Municipal.

Art. 93. Somente será concedida a autorização para instalação de qualquer empreendimento público ou privado com potencial impacto ambiental neste Município após a anuência do Conselho Municipal de Meio Ambiente, mesmo para empreendimentos já licenciados por outros órgãos, com o propósito de assegurar a representatividade em assuntos ambientais de impacto local.

Parágrafo único. Para a implantação da política ambiental, a Administração Municipal deverá obter anuência do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Seção II Da Mobilidade Urbana

Art. 94. A mobilidade urbana tem como princípio a interação entre os deslocamentos de pessoas e bens com a cidade.

Parágrafo único. Os transportes urbanos do Município se subordinam aos princípios de preservação da vida, segurança, conforto das pessoas, defesa do meio ambiente e do patrimônio arquitetônico e paisagístico.

Art. 95. A política de mobilidade urbana deverá estar fundamentada nos seguintes princípios:

- I – Acessibilidade universal;
- II – Desenvolvimento sustentável do Município nas dimensões socioeconômicas e ambientais;
- III – Equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo;
- IV – Eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano;
- V – Transparência e participação social no planejamento, controle e avaliação da política de mobilidade urbana;
- VI – Segurança nos deslocamentos das pessoas;
- VII – Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do uso dos diferentes meios e serviços;
- VIII – Equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros;
- IX – Compatibilização entre transportes urbanos e uso e ocupação do solo.

Art. 96. O transporte é um direito fundamental do cidadão, sendo de competência do Município organizar e prestar diretamente, ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços de transporte coletivo urbano, tendo como alvos:

- I – Priorização do transporte coletivo e criação dos corredores de tráfego independentes;
- II – Sinalização adequada e pavimentação de nível superior por onde circulem coletivos;
- III – Construção de abrigos protetores para os usuários de transporte coletivo, em todos os pontos dentro dos limites do Município;
- IV – Implantação, de forma gradativa, do uso de ônibus aprovados por setores competentes, objetivando maior conforto, segurança e condições de uso público em geral;
- V – Incentivo de postos de venda de bilhetes e implantação gradativa de máquinas automáticas de bilhetagem, visando à diminuição do tempo de embarque dos usuários;
- VI – Limitação da idade útil dos ônibus em dez anos;

VII – Manutenção da tarifa social, que cria subsídios indiretos, gerando benefício maior;

VIII – Garantir percentual mínimo de cinco por cento de veículos adaptados aos portadores de necessidades especiais na frota de táxi;

IX – Manter os veículos do transporte coletivo em boas condições de uso e no mesmo padrão, independente dos locais e regiões atendidas.

Art. 97. É assegurada a validade para bilhete de passagem e o vale transporte sem reajuste, mesmo após o aumento da tarifa, em limites estabelecidos em lei.

Art. 98. Compete ao Município, na forma da lei, planejar, organizar, implantar, controlar, fiscalizar e regulamentar o transporte público, no âmbito do Município, bem como executá-lo, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão.

§ 1º A delegação para a prestação dos serviços de transporte público urbano, individual ou coletivo, será outorgada através de licitação, nos termos da legislação em vigor.

§ 2º A lei disporá sobre a organização e a prestação dos Serviços de transportes públicos, respeitadas as interdependências com outros Municípios, o Estado e a União.

§ 3º Os contratos previstos no § 1º obedecerão a prazos definidos por lei e devidamente justificados, vedada à criação de reservas de mercado e de barreiras à entrada de novos operadores.

§ 4º Por lei será instituído qualquer subsídio ao custeio da operação do transporte público coletivo, com base em critérios transparentes e objetivos de produtividade e eficiência, especificando, basicamente, o objetivo, a fonte, a periodicidade e o beneficiário.

§ 5º O Município não admitirá ameaça de interrupção ou deficiência grave na prestação do serviço por parte das empresas operadoras de transporte coletivo.

§ 6º O Município, para assegurar a continuidade do serviço ou para sanar deficiência grave em sua prestação, poderá intervir na operação do serviço, assumindo-o total ou parcialmente, mediante controle dos meios humanos e materiais como pessoal, veículos, oficinas, garagens ou outros.

§ 7º Não será permitido o monopólio privado no transporte urbano.

Art. 99. Os custos das gratuidades concedidas no transporte coletivo urbano do Município não incidirão sobre a tarifa de passagem paga pelos usuários.

Art. 100. Fica assegurado o passe livre nos coletivos às pessoas com deficiência, de comprovada necessidade financeira.

Parágrafo único. O passe livre será extensivo ao acompanhante nos casos de comprovada necessidade.

Art. 101. O Município implantará sistema de semáforos sonorizados e placas em Braille, objetivando maior segurança dos cidadãos com deficiência visual, em locais a serem definidos em lei.

Art. 102. O Poder Executivo, sob nenhuma hipótese, poderá delegar a administração do Fundo Municipal de Transportes a terceiros.

Seção III Do Saneamento Básico

Art. 103. O Município, em consonância com a sua política urbana e com o seu plano diretor, se responsabilizará pela remoção do saneamento básico em seu território.

Art. 104. Os serviços públicos de saneamento no Município serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais:

I – Universalização do acesso;

II – Integralidade, compreendida como conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III – Articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

IV – Eficiência e sustentabilidade econômica das ações de saneamento;

V – Transparência das ações, baseada em sistemas de informação, via internet, e processos decisórios institucionalizados;

VI – Controle social, por meio de Conselho Municipal de Saneamento;

VII – Segurança, qualidade e regularidade dos serviços de saneamento;

VIII – Planejamento municipal de saneamento participativa, com periodicidade quadrienal;

IX – Integração das infraestruturas e serviços com a gestão dos recursos hídricos;

X – Abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais realizados de formas adequadas à saúde pública, à proteção do meio ambiente, e do patrimônio público e privado.

Seção IV Da Política Rural

Art. 105. O Município adotará programas de desenvolvimento rural destinados a fomentar a produção agropecuária, organizar o abastecimento alimentar, promover o bem estar do homem que vive do trabalho da terra e fixá-lo no campo, compatibilizados com a política agrícola e com o plano de reforma agrária estabelecidos pela União.

Art. 106. O Município, em regime de coparticipação com a União e o Estado, dotará o meio rural de:

I – Assistência técnica e extensão rural;

II – Infraestrutura de serviços sociais básicos nas áreas de saúde, educação, saneamento, habitação, transporte, energia, comunicação, segurança e lazer.

Art. 107. O Município apoiará e estimulará:

I – O acesso dos produtores ao crédito e seguro rurais;

II – A implantação de estruturas que facilitem a armazenagem, a comercialização e a agroindústria, bem como o artesanato rural;

III – Os serviços de geração e difusão de conhecimentos e tecnologias;

IV – A criação de instrumentos que facilitem a ação fiscalizadora na proteção de lavouras, criações e meio ambiente;

V – A capacitação da mão de obra rural e a preservação dos recursos naturais;

VI – A construção de unidade de armazenamento comunitário e de redes de apoio ao abastecimento municipal;

VII – A constituição e a expansão de cooperativas e outras formas de associativismo e organização rural, sob a orientação das entidades sindicais;

VIII – O plantio de espécies comercializáveis com o objetivo de suprir a demanda de produtos lenhosos.

Seção V Da Política Urbana

Art. 107. A política urbana, executada pelo Município, obedecerá aos preceitos da lei, objetivando a gestão democrática da cidade, o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem-estar de seus habitantes.

Art. 108. O planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e dos demais espaços de uso público deverão ser concebidos e executados de forma a torná-los acessíveis para as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, conforme lei.

Art. 109. O Município, para operacionalizar sua política econômica e social, assentada na livre iniciativa e nos superiores interesses da coletividade, tem como instrumento básico o plano diretor.

Art. 110. O estabelecimento de diretrizes e normas relativas ao desenvolvimento urbano deverá assegurar:

I – A urbanização, a regularização fundiária e a titulação das áreas onde esteja situada a população favelada e de baixa renda;

- II – A preservação das áreas de exploração agrícola e pecuária e o estímulo a essas atividades primárias;
- III – A preservação, a proteção e a recuperação do meio ambiente natural e cultural;
- IV – A criação de áreas de especial interesse urbanístico, social, cultural, ambiental, turístico e de utilização pública;
- V – A participação das entidades comunitárias no estudo, no encaminhamento e na solução dos problemas, planos, programas e projetos.

Art. 111. Para assegurar as funções sociais da cidade e da propriedade, o Poder Público Municipal disporá dos seguintes instrumentos:

- I – Imposto progressivo cumulativo sobre a propriedade territorial urbana não edificada, incidindo sobre o número de lotes de um mesmo proprietário;
- II – Taxas e tarifas diferenciadas em função de projetos de interesse social;
- III – Transferência do direito de construir;
- IV – Concessão de direito real de uso;
- V – Parcelamento, edificação ou utilização compulsória;
- VI – Desapropriação por interesse social ou utilidade pública;
- VII – Inventários, registros, vigilância e tombamento de imóveis;
- VIII – Contribuição de melhoria;
- IX – Tributação dos vazios urbanos.

Art. 112. A implantação da infraestrutura básica e de equipamentos urbanos e comunitários, destinados ao atendimento da população de baixa renda, independerá de reconhecimento de seus logradouros, da regularização urbanística ou de registro das áreas e de suas edificações, ficando sujeita a critérios especiais de urbanização, previstos em lei.

Art. 113. Incumbe à Administração Municipal promover e executar programas de construção de moradias populares e garantir, em nível compatível com a dignidade da pessoa humana, condições habitacionais, saneamento básico e acesso ao transporte.

Seção VI Da Política Habitacional

Art. 114. O Município formulará e implantará a política municipal de habitação com objetivos, diretrizes, metas e instrumentos de ações para promover o acesso à moradia digna e melhoria das condições urbanas, devendo ser criadas ou reformuladas o conjunto de normas construtivas e urbanísticas e de procedimentos administrativos, visando incentivar e facilitar o funcionamento do setor habitacional.

Parágrafo único. Aprovada a política municipal de habitação, com participação efetiva de toda a sociedade e deliberação do Conselho Municipal de Habitação, deverão estar

assegurados os recursos financeiros para a sua implantação no orçamento municipal, com a indicação das fontes financeiras.

Art. 115. Fica assegurado, através da Administração Municipal, o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia digna, conforme lei.

CAPÍTULO II DA ORDEM SOCIAL E ECONÔMICA

Seção I Da Educação

Art. 116. A educação, direito de todos, dever do Poder Público e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

§ 1º O Município promoverá a educação infantil e o ensino fundamental, em conformidade com a Lei Nacional de Diretrizes e Bases de Educação, e complementarmente o ensino médio e supletivo.

§ 2º O Município oferecerá prioritariamente à população de baixa renda, cursos preparatórios para concursos e vestibulares.

§ 3º O Município enviará esforços no sentido de articular com o Estado e União mecanismos que propiciem cooperação técnica e financeira, de modo a que fique assegurado o atendimento qualitativo da demanda educacional a todos os níveis.

§ 4º Compete ao Poder Executivo assegurar a participação efetiva dos segmentos sociais envolvidos no processo educacional, devendo, para esse fim, instituir colegiados escolares em cada unidade educacional e eleição de direção escolar.

§ 5º O Município aplicará, anualmente, na manutenção e desenvolvimento do ensino, recursos mínimos correspondentes a vinte e cinco por cento das receitas municipais nos termos do art. 212 da Constituição da República.

§ 6º O escotismo deverá ser considerado como método complementar da educação, merecendo o apoio dos órgãos do município.

Art. 117. A garantia da educação, pelo Poder Público Municipal, se dará mediante:

I – Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II – Progressiva extensão da gratuidade do ensino médio, quando houver sido atendida toda a demanda da educação infantil e ensino fundamental;

- III – Apoio às entidades especializadas, públicas e privadas, sem fins lucrativos, para atendimento à pessoa com necessidade especial;
 - IV – Cessão de servidores para atendimento às fundações públicas e entidades filantrópicas e comunitárias, sem fins lucrativos, de assistência ao menor carente e ao excepcional, como dispuser a lei;
 - V – Atendimento gratuito em creche e pré-escola à criança de até cinco anos de idade, com recursos para sua instalação, funcionamento e manutenção;
 - VI – Oferta do ensino noturno regular adequado às condições do educando;
 - VII – Atendimento ao educando no ensino fundamental através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;
 - VIII – Supervisão e orientação educacional nas escolas públicas municipais exercidas por profissionais habilitados;
 - IX – Passe escolar gratuito a aluno do sistema público municipal que não conseguir matrícula em escola próxima à sua residência.
- § 1º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou a sua oferta irregular, importa em responsabilidade da autoridade competente.
- § 2º Compete ao Município, em colaboração com o Estado, recensear os educandos de ensino fundamental e, mediante instrumentos de controle, zelar pela frequência à escola.

Art. 118. O Município assegurará às pessoas com deficiência o direito à educação básica e profissionalizante gratuita sem limite de idade.

Parágrafo único. Os professores e especialistas de educação da rede municipal de educação, que trabalharem com classe de alunos com deficiência mental, auditiva e visual, serão beneficiados com direito a um acréscimo de vinte por cento em sua remuneração.

Seção II Da Saúde

Art. 119. A saúde é direito de todos e dever do Poder Público, assegurada mediante políticas sociais, econômicas, ambientais e outras que tenham por finalidade a eliminação do risco de doença e de agravos e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção e recuperação, sem qualquer discriminação.

Parágrafo único. O direito à saúde implica em condições dignas de trabalho, saneamento, moradia, alimentação, educação, transporte, lazer, informação e participação.

Art. 120. As ações de saúde são de natureza pública, devendo sua execução ser feita, preferencialmente, através dos serviços oficiais e através de serviços de terceiros.

§ 1º As instituições privadas poderão participar do sistema de saúde do Município, segundo as diretrizes deste, mediante contrato de direito público, com preferência às entidades filantrópicas e sem fins lucrativos.

§ 2º As instituições privadas de saúde a que se refere o parágrafo anterior, serão fiscalizadas pelo município nas questões de controle de qualidade, de informações e registros de atendimentos, conforme os códigos sanitários e as normas pertinentes.

§ 3º O Poder Público Municipal poderá intervir ou desapropriar o serviço de natureza privada necessário ao alcance dos objetivos do sistema, em conformidade com a lei.

Art. 121. As ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem o Sistema Municipal de Saúde, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I – Distritalização dos recursos, técnicas e práticas;

II – Integralidade na prestação das ações de saúde adequadas às realidades epidemiológicas;

III – Participação deliberativa de entidades representativas e de prestadores de serviços na formulação, cogestão e controle da política municipal e das ações de saúde, através do Conselho Municipal da Saúde;

IV – O Município estimulará a participação popular e o controle social no SUS, garantindo as condições materiais e financeiras para o funcionamento regular dos Conselhos de Saúde, Conferências de Saúde e as que possuam interface com o setor de saúde;

V – Participação da ouvidoria municipal de saúde na fiscalização e intermediação entre o gestor municipal de saúde e os usuários, prestadores de serviços e servidores públicos do setor;

VI – Organização das redes de atenção à saúde por ciclo de vida ou grupos prioritários e da rede de urgência e emergência, sendo competência da Atenção Primária à Saúde a coordenação das mesmas.

Art. 122. O Sistema Municipal de Saúde será financiado com recursos da Seguridade Social, da União, do Estado e do Município, além de outras fontes.

§ 1º O Município aplicará, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos correspondentes a quinze por cento das receitas municipais calculado nos termos do inciso III, do § 2º, do art. 198, da Constituição da República.

§ 2º Os recursos financeiros do Sistema Municipal de Saúde serão administrados pelo Fundo Municipal de Saúde e subordinados a fiscalização e controle do Conselho Municipal de Saúde.

§ 3º A instalação de quaisquer novos serviços públicos ou privados de saúde deve ser discutida e aprovada no âmbito do Conselho Municipal de Saúde, bem como acesso a todas as informações necessárias ao cumprimento do seu caráter deliberativo, obedecidos os programas e normas governamentais e constitucionais.

Art. 123. O plano municipal de saúde será a base das atividades e programação do Sistema Único de Saúde Municipal e seu financiamento será previsto na lei orçamentária anual do Município.

Parágrafo único. É vedada a aplicação de recursos financeiros de ações não previstas no plano municipal de saúde, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública na área da saúde.

Art. 124. O Município utilizará critérios de discriminação positiva na implantação de políticas públicas de saúde, priorizando os grupos sociais, comunidades, familiares e pessoas mais vulneráveis ou expostas a situações de risco, através de implantação de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde.

Parágrafo único. Esta priorização dar-se-á no plano municipal de saúde e na programação anual em saúde, sendo que as leis orçamentárias deverão contemplar tais prioridades.

Art. 125. Compete ao Município, no âmbito do Sistema Único de Saúde, além de outras atribuições previstas na Legislação Federal:

- I – O planejamento das ações de saúde a serem introduzidas no plano municipal de saúde e no plano plurianual devem ser elaboradas de quatro em quatro anos e revisadas quando da programação anual em saúde;
- II – A administração do fundo municipal de saúde e a elaboração de proposta orçamentária;
- III – O controle da produção ou extração, armazenamento, transporte e distribuição de substâncias, produtos, máquinas e equipamentos que possam apresentar riscos à saúde da população;
- IV – O planejamento e a execução de ações de vigilância epidemiológica e sanitária, incluindo aquelas relativas à saúde dos trabalhadores e ao meio ambiente, em articulação com os demais órgãos e entidades governamentais;
- V – A normatização complementar e a padronização dos procedimentos relativos à saúde, por meio de código sanitário municipal;
- VI – A formulação e implantação de política de recursos humanos na esfera municipal, garantindo a educação continuada dos profissionais;
- VII – O controle dos serviços especializados em segurança e medicina do trabalho;
- VIII – A execução, no âmbito do Município, dos programas e projetos estratégicos para enfrentar as prioridades nacionais, estaduais e municipais, assim como situações emergenciais;
- IX – Expandir, de forma gradativa e até atingir cem por cento de cobertura, a rede de serviço da Atenção Primária à Saúde, aumentando sua capacidade resolutiva e garantindo aos municípios o contato primário com o Sistema Único de Saúde.

Seção III Da Assistência Social

Art. 126. A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é política não contributiva e deverá ser realizada de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais, sendo suas ações organizadas em sistema descentralizado e participativo, tendo como instância deliberativa, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, o Conselho Municipal de Assistência Social, que estabelecerá as diretrizes das políticas municipais de assistência social e os critérios relativos a aplicação dos recursos depositados no Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 127. O Poder Público Municipal fica obrigado a manter organismo executivo da política municipal de apoio à pessoa com deficiência, garantindo-se o pleno direito à participação popular através de entidades representativas.

Art. 128. O Poder Público Municipal garantirá o direito à informação e à comunicação aos cidadãos portadores de deficiência sensorial e de fala, através do código Braile, da linguagem gestual e outros meios que lhes são apropriados.

Art. 129. O Poder Executivo criará órgão, dentro da estrutura administrativa, voltado para a política de igualdade racial e do combate a diferença econômica entre as raças, assim como a elaboração do plano municipal com este objetivo, a ser aprovado pelo Conselho afim.

Art. 130. O Município estabelecerá políticas públicas de apoio e fomento à economia solidária, voltadas para o direito a uma vida digna, à erradicação da pobreza, à inclusão social, à ampliação de oportunidades e à melhoria das condições de trabalho e renda.

§ 1º O Poder Executivo prestará assessoria e assistência técnica, e estabelecerá convênio com cooperativa em processo de incubação.

§ 2º O Poder Executivo criará o Fundo de Fomento à Economia Popular e Solidária, assim como centros públicos de economia solidária.

Seção IV

Da Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

Art. 131. É dever municipal garantir e desenvolver o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, com dignidade e com base em práticas alimentares saudáveis, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis, sem comprometer outras necessidades.

§ 1º A segurança alimentar e nutricional sustentável têm por objetivos:

I – A promoção da nutrição e do acesso à alimentação adequada;

II – O fortalecimento da agricultura familiar sustentável;

III – A promoção da qualidade ambiental e a garantia de acesso à água;

IV – A promoção da geração de trabalho e renda;

V – A promoção da educação para o consumo e a educação alimentar.

§ 2º O Município implantará o sistema municipal de segurança alimentar e nutricional sustentável que deverá contemplar:

I – Conselho Municipal de Segurança Alimentar;

II – Conferência municipal de segurança alimentar;

III – Plano municipal de segurança alimentar;

IV – Órgãos municipais;

V – Ações da sociedade civil.

§ 3º Para assegurar a efetividade do disposto neste artigo, impõe-se ao Município, na forma da lei a definição de sua política de segurança alimentar e nutricional sustentável.

Art. 132. O Município, em consonância e de forma integrada às políticas federal e estadual, coordenará e se responsabilizará pelas ações de segurança alimentar e nutricional sustentável no âmbito do seu território.

§ 1º O Município articulará junto à União e ao Estado mecanismos que propiciem a cooperação técnica e financeira, de forma a assegurar o atendimento à demanda da segurança alimentar e nutricional sustentável.

§ 2º As ações municipal na área da segurança alimentar e nutricional sustentável serão realizadas com recursos do orçamento do Município, do Estado e da União e de outras fontes, garantindo a participação da população na elaboração do orçamento por meio de organizações representativas, de forma direta, na definição das prioridades de sua região, respeitadas as diretrizes e políticas definidas para o Município, aprovadas pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar.

Art. 133. O Município, mediante lei, criará e manterá órgão executivo de política municipal de segurança alimentar.

Parágrafo único. O órgão executivo manterá sistema de informação atualizado para uso dos interessados e fará avaliações anuais da situação da segurança alimentar, bem como garantirá a necessária relação entre os órgãos municipais diretamente ligados a segurança alimentar e a integração dos seus respectivos orçamentos.

Seção V Da Segurança Pública

Art. 134. A segurança pública, direito e responsabilidade de todos, organiza-se de forma sistêmica visando:

I – Proteger o cidadão, a sociedade e os bens públicos e privados;

II – Emprestar auxílio à defesa civil, por meio de atividades de socorro e assistência, em casos de calamidade pública, sinistros e outros flagelos;

III – Promover a integração social, através dos conselhos de segurança pública, com a finalidade de prevenir a violência e a criminalidade e orientar o egresso do sistema penitenciário, tendo por fim a sua reintegração na sociedade, dando-lhe o apoio necessário.

Seção VI Dos Direitos Humanos

Art. 135. É dever municipal apoiar e incentivar a defesa e a promoção dos direitos humanos, na forma das normas legais e constitucionais, tratados e convenções internacionais.

Art. 136. O Município criará, mediante lei, órgão executivo encarregado de promover os mecanismos necessários à implantação da política de direitos humanos na cidade.

Seção VII Da Cultura e do Patrimônio Histórico

Art. 137. O Município implantará o Sistema Municipal de Cultura, com a adoção do competente plano municipal, a ser aprovado por seu Conselho.

Parágrafo único. O Fundo Municipal de Cultura será gerido e controlado pelo órgão competente da administração, ouvido o Conselho Municipal de Cultura.

Art. 138. O Município garantirá a todos o pleno exercício dos direitos de acesso aos bens culturais, apoiando e incentivando a valorização e a difusão das manifestações culturais, mediante:

- I – Criação e manutenção de núcleos culturais e de espaços públicos equipados para formação e difusão artístico-cultural; de museus e arquivos públicos que integrem o sistema de preservação da memória do município e de bibliotecas públicas municipais;
- II – Estímulo às atividades de caráter cultural e artístico;
- III – Adoção de incentivos fiscais que estimulem as empresas privadas a investir na produção cultural e artística do Município e na preservação do seu patrimônio histórico;
- IV – Apoio técnico às entidades culturais na realização de seus projetos;
- V – Preservação da produção cultural franciscomacedense em livro, imagem e som, através do depósito legal de tais produções em suas instituições culturais, na forma da lei, resguardados os direitos autorais, conexos e de imagem.

Parágrafo único. Será estimulada a aquisição de bens culturais para garantir a sua permanência no Município.

Seção VIII Da Comunicação Social

Art. 139. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto na Constituição da República, Constituição do Estado do Piauí e nesta Lei Orgânica.

Seção IX Do Desporto e do Lazer

Art. 140. O Município garantirá, por intermédio de sua rede de ensino e em colaboração com as entidades desportivas, a promoção, o estímulo, a orientação e o apoio à prática e difusão da educação física e do desporto formal e não formal através de:

I – Manutenção, proteção e incentivo das manifestações esportivas patrocinadas e apoiadas pelo Município;

II – Destinação de recursos públicos à promoção prioritária do desporto educacional;

III – Estímulo ao desenvolvimento das atividades de recreação, desporto e lazer nas comunidades, através da educação física escolar;

IV – Obrigatoriedade de reserva de áreas destinadas a praças e campos de esporte nos projetos de urbanização e de unidades escolares e a de desenvolvimento de programas de construção de áreas para a prática de esporte e lazer comunitário;

V – Adoção de incentivos fiscais que estimulem as empresas privadas a investir no desporto e lazer.

Parágrafo único. O Poder Público Municipal garantirá ao portador de deficiência atendimento especializado no que se refere à educação física e à prática de atividades desportivas, sobretudo no âmbito escolar.

Seção X Do Turismo

Art. 141. O Município fomentará o turismo como forma de promoção e desenvolvimento econômico, social e cultural sustentável, em colaboração com os segmentos do setor.

Art. 142. Cabe ao Município, obedecida à legislação federal e estadual, definir a política municipal de turismo e as diretrizes e ações devendo:

I – Adotar, por meio de lei, o Plano Municipal de Turismo como plano integrado e permanente de desenvolvimento sustentável do turismo em seu território;

- II – Desenvolver efetiva infraestrutura turística, que corresponde à sinalização turística, serviço de informações ao turista, adequação e manutenção dos atrativos turísticos e acessibilidade aos mesmos;
- III – Estimular e apoiar, institucionalmente, a produção artesanal local, as feiras, exposições, eventos turísticos, bem como elaborar o calendário de eventos turísticos;
- IV – Regulamentar o uso, ocupação e fruição de bens naturais e culturais de interesse turístico;
- V – Incentivar o turismo social;
- VI – Promover a conscientização do público para a conservação e preservação dos recursos naturais, dos bens culturais e do turismo, sendo este considerado como atividade socioeconômica e fator de desenvolvimento;
- VII – Desenvolver programas e políticas direcionados à promoção interna e externa do município em favor do turismo;
- VIII – Incentivar a formação de pessoal especializado para as atividades turísticas, nas áreas de informação, atendimento ou prestação de serviços;
- IX – Monitorar as ações definidas pelo Plano Municipal de Turismo, por meio de levantamento de dados e pesquisas, que gerem indicadores do turismo;
- X – Apoiar políticas e ações contra a exploração sexual de crianças e adolescentes e contra o turismo sexual;
- XI – Garantir a atuação do Conselho Municipal de Turismo e Fundo Municipal de Turismo;
- XII – Celebrar convênios com entidades públicas ou do setor privado a fim de promover a recuperação e a conservação de monumentos, logradouros de interesse turístico, obras de arte e pontos turísticos.

Seção XI Da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Art. 143. O Município instituirá a política de ciência, tecnologia e inovação, para promover o desenvolvimento social, econômico, científico e tecnológico da sociedade, tendo como base o estímulo aos estudos, pesquisas e outras atividades nesse campo.

Parágrafo único. Ao Poder Executivo compete instituir e manter um Fundo de Amparo à Pesquisa de Francisco Macedo, que terá como objetivo principal financiar a política de ciência, tecnologia e inovação no território do Município.

Seção XII Do Planejamento Estratégico Sustentável

Art. 144. O Município observará, como ferramenta de gestão, o planejamento estratégico de Francisco Macedo a ser regulamentado por lei específica.

Art. 145. O Município poderá participar da implantação do planejamento estratégico sustentável da zona da mata e campos das vertentes, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social da região, através do estabelecimento de consórcio intermunicipal, tendo como eixos: sustentabilidade econômica e dinamismo dos negócios, informação e conhecimento, modernização da administração pública e sustentabilidade ambiental.

Seção XIII

Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso.

Art. 146. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Município na forma da Constituição da República e da Constituição do Estado de Piauí.

Art. 147. É dever da família, da sociedade e do Poder Público Municipal assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Art. 148. A família, a sociedade e o Poder Público Municipal têm o dever de amparar às pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo-lhes o bem-estar e o direito a vida digna.

TÍTULO V DA PARTE FINAL

ATO DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 1º O Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores da Câmara Municipal prestarão o compromisso de manter, defender e cumprir esta Lei Orgânica no ato e data de sua promulgação.

Art. 2º É vedada a utilização da Guarda Municipal na repressão de manifestações públicas, não sendo permitido o porte de arma de fogo aos seus componentes, observadas as disposições de lei federal acerca da matéria.

Art. 3º A lei disporá, no prazo de trezentos e sessenta dias a contar da publicação desta Lei Orgânica, sobre:

- I – A criação do Código Sanitário do Município de Francisco Macedo;
- II – A criação do Conselho Municipal sobre Políticas de Álcool e Drogas;
- III – A criação do Conselho Municipal de Defesa do Contribuinte;
- IV – A formulação e implantação da política municipal de habitação;
- V – A elaboração do plano municipal de meio ambiente e recursos naturais;
- VI – A criação de órgão voltado para a política de igualdade racial e do combate a diferença econômica entre as raças;
- VII – A implantação do sistema municipal de segurança alimentar e nutricional sustentável;
- VIII – A criação de órgão executivo encarregado de promover os mecanismos necessários à implantação da política de direitos humanos no Município;
- IX – A implantação do sistema municipal de cultura;
- X – A política municipal de turismo, com a criação da casa do turismo;
- XI – A política de ciência, tecnologia e inovação;
- XII – Instituir o programa municipal de esterilização animal, visando o combate da proliferação de animais de rua;
- XIII – Serviço de verificação de óbitos;
- XIV – Fundo de amparo à pesquisa;
- XV – Criação das Ouvidorias do Legislativo e Executivo;
- XVI – Implantação da política ambiental nos termos desta Lei Orgânica;
- XVII – Implantação da política de mobilidade urbana nos termos desta Lei Orgânica;
- XVIII – Criação do Conselho Municipal de Saneamento;
- XIX – Implantação da política municipal de habitação;
- XX – Implantação dos serviços de assistência técnica e gratuita de engenharia para construção de habitação de interesse social;
- XXI – Criação do fundo de fomento a economia popular e solidária;
- XXII – Criação de lei específica de planejamento estratégico.

Art. 5º O Poder Executivo disponibilizará em seu site eletrônico todos os bens tombados, bem como os em processo de tombamento no Município de Francisco Macedo.

Art. 6º Os prazos previstos nesta Lei Orgânica serão computados excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.

§ 1º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o vencimento cair em feriado ou em dia em que não houver expediente administrativo.

§ 2º Se o prazo for estabelecido em horas, contar-se-á de minuto a minuto. Se houver início ou vencimento do prazo em feriado ou em dia em que não houver expediente administrativo, o prazo só terá início ou término à zero hora do dia útil seguinte, considerando o dia por inteiro.

Art. 7º O Regimento Interno da Câmara Municipal, será revisado num prazo de 180(cento e oitenta) dias permanecendo em vigor durante esse período no que não contrariar esta Lei Orgânica.

Parágrafo único. Após a entrada em vigor desta Lei Orgânica, a Câmara Municipal designará uma comissão de três membros para elaborar o Projeto de Resolução do novo Regimento Interno.

Art. 8º Ficam asseguradas as gratuidades concedidas no transporte coletivo urbano do Município, previstas em legislação municipal.

Parágrafo único. A licitação de concessão de serviço público de transporte coletivo urbano a ser realizada pelo Município deverá conter a previsão das gratuidades concedidas legalmente.

Art. 9º A partir da promulgação desta Lei Orgânica as gratuidades concedidas por lei no transporte coletivo urbano do Município deverão indicar expressamente a fonte de custeio.

Art. 10 O Município assegurará no Programa de Saúde da Família e Comunidade a inclusão do profissional em saúde bucal.

Art. 11. Após a entrada em vigor da Lei Orgânica, serão elaborados exemplares em número suficiente a fim de destinados para distribuição e conhecimento dos diversos segmentos da sociedade.

Art.12. A revisão geral desta Lei Orgânica será feita, no mínimo, em cinco anos após a sua promulgação pela Câmara Municipal pelo voto de maioria absoluta da Câmara podendo ser alterada em parte, por iniciativa do Legislativo Municipal.

Art.13. Esta Lei Orgânica aprovada e assinada pelos Vereadores integrantes da Câmara Municipal de Francisco Macedo, promulgada por sua Mesa Diretora, entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Vereador Edmar Antão de Carvalho, 05 de junho de 2017.

Jacira Maria de Alencar – Presidente

Francisco Lázaro Ribeiro Carvalho – Vice-Presidente

Mailane Meire de Carvalho – Primeiro Secretário

Antônio de Assunção Araújo – Segundo Secretário

Antônio Gilmar Filho

Paulo Costa dos Santos

Antônio Oseas de Carvalho

Apolinário José da Silva

Osailton Lopes de Carvalho

Levado a sessão nesta data, Câmara Municipal
de Francisco Macedo-PI, em 02/06/2017

[Assinatura]
Secretaria Administrativa

ORDEN DO DIA DA SESSÃO DE HOJE
Sala das Sessões da Câmara Municipal
de Fco. Macedo-PI em 02/06/2017

[Assinatura]
Secretário da Câmara

EXPEDIENTE

Lido em 02/06/2017

[Assinatura]
1º Secretário

Aprovada em

Discursão em 02/06/2017

[Assinatura]
Secretário

APROVADO EM PLENÁRIO

Em 1ª e 2ª Discursão

Por unanimidade

Sala das sessões em 02/06/2017

[Assinatura]
Presidente da Câmara

A SANÇÃO

Sala das sessões, em 05/06/2017

[Assinatura]
Presidente da Câmara

Promulgada nesta data. Publique-se
Registre-se cump. - se. Sala das s

ssões em 05/06/2017

[Assinatura]
PRESIDENTE DA CÂMARA

ÍNDICE TEMÁTICO

A

Administração Pública

- cargo, emprego ou função; acumulação; vedação ao vereador: art. 29, I, b; art. 29, li, "a"
- cargo ou função; acumulação; vedação ao Prefeito: art. 49
- conselho municipal; atribuição: art. 53
- ética e transparência: art. 55 e art. 56
- fiscalização; atribuição da câmara municipal: art. 27, XVI
- fiscalização: povo: art. 4º, parágrafo único, "e"
- moradias populares; promoção e execução: programas: art. 86 - órgãos: constituição: art. 6º
- participação: povo: art. 4º, parágrafo único, II e art. 53 - quadro de cargos e funções; publicação obrigatória: art. 14 - secretarias e departamentos; criação; estruturação, atribuição e extinção: art. 26, XII e art. 36, JII - serviços e obras; competência: art. 47, XIV - transição administrativa: art. 7º

Adolescente

- política municipal de turismo: art. 115, X - direitos: art. 120

Águas

- prestação de serviços de saneamento básico; princípios fundamentais: art. 76, X

Anistia Fiscal

- atribuições Câmara Municipal: art. 26, II

Aposentadoria

- vide também Servidor Público - iniciativa de lei: Prefeito: art. 36, II

Assistência Social

- da assistência social: arts. 99 a 103

Associações Comunitárias

- art. 54

Associativismo

- apoio; estímulo; constituição e expansão: art. 79, VII

Aterro Sanitário

- instalação; aprovação: art. 64

Autarquia

- regime jurídico único: art. 12 - vedação vereador: art. 29, I, "a"

Auxiliares Diretos do Prefeito

- atribuições da Câmara: art. 26, XII
- dos auxiliares diretos do Prefeito: art. 52, §§ 1º ao 5º

B

Bens

- do município: art. 2º, § 2º
- garantia de acesso: art. 3º, VIII
- aquisição bens imóveis: art. 8º
- alienação: art. 9º, § J 0
- concessão de direito real de uso bens imóveis: art. 9º, § 2º
- alienação; projeto de lei: art. 10
- conservação e tombamento: art. 11
- declaração de bens vereadores: art. 21, § 3º
- atribuições câmara: art. 26, VIII, IX, X, XV
- declaração de bens prefeito e vice-prefeito: art. 43, § 6º
- competência prefeito: art. 47, XXV
- infrações político-administrativas do prefeito: art. 51, § 2º, VII
- declaração de bens auxiliares do prefeito: art. 52, § 3º
- tributos: art. 57, III, "a"; § 3º
- mobilidade urbana: art. 66
- segurança pública: art. 107, I
- culturais: art. 111, parágrafo único
- turismo: art. 115, III, IV
- bens tombados: art. 5º do ato das disposições transitórias

C

Calamidade Pública

- plano municipal de saúde; aplicação recursos financeiros: art. 96, parágrafo único
- segurança pública; defesa civil: art. 107, li

Câmara Municipal

- vide também Poder Legislativo - soberania popular: art. 4º, parágrafo único, I
- alienação de bens imóveis, quorum: art. 9º, § I
- da câmara municipal: arts. 19 e 20 - funcionamento: arts. 21 a 25
- atribuições: arts. 26 e 27 - perda de mandato do vereador: art. 30, §§ 1º a 6º
- licença vereador: art. 31, I
- competência privativa: art. 37
- projeto de lei do executivo; solicitação de urgência: art. 38, §§ 1º a 3º
- posse do prefeito e vice-prefeito: art. 43
- licença para prefeito e vice-prefeito se ausentarem do município: art. 44
- declaração de vacância do cargo de prefeito: art. 51
- julgamento de infrações político-administrativas do prefeito: art. 51, § 2º
- arquivamento de declaração de bens dos auxiliares diretos do prefeito: art. 52, § 4º

- envio pelo prefeito dos projetos de lei orçamentários: art. 60
- envio da prestação de contas pelo prefeito do exercício anterior: art. 61

Cargos Públicos

- publicação do quadro e funções: art. 14
- organização, criação, extinção, remuneração; câmara municipal: art. 26, XI; art. 27, IV e art. 37, II
- criação, transformação, extinção, provimentos; prefeito: art. 36, I e II
- vacância cargos prefeito e vice-prefeito: art. 43, §§ 2º e 5º
- competência prefeito: art. 47, VIII
- auxiliares diretos do prefeito; livre nomeação: art. 52, § 1º

Cidadania

- exercício; educação: art. 89

Cidadão

- honorário e benemérito: art. 27, XIII
- consulta de contas apresentadas pelo prefeito: art. 61, parágrafo único
- mobilidade urbana; transporte público coletivo: art. 67, III
- transporte; direito fundamental: art. 68
- deficiência visual; placas em braile em semáforos: art. 73
- assistência social; direito: art. 99
- direito de informação aos deficientes sensoriais; garantia: art. 101
- segurança pública: art. 107

Ciência e Tecnologia

- política, adoção: art. 110
- fundo de amparo a pesquisa: art. 11, parágrafo único
- apoio e estímulo à tecnologia: art. 79, III
- criação de lei; prazo: art. 4º, XI do ato das disposições transitórias

Comissão

- parlamentar de inquérito; criação, competência: art. 27, XII
- de investigação; infração político-administrativa do prefeito: art. 51, § 2º, II
- processante: art. 51, § 2º. "b" a "h"
- de finanças, orçamento e fiscalização financeira; alteração de projeto do executivo: art. 59
- projeto de resolução do regimento interno: art. 7º, parágrafo único do ato das disposições transitórias

Comunicação

- ética; meios de comunicação: art. 55
- meio rural; infraestrutura: art. 78, II

- direito ao portador de deficiência sensorial: art. 101

- comunicação social: art. 112

Concurso Público

- vereador; vedação; exceção: art. 29, 1, "b"
- prefeito; vedação; exceção: art. 49

Conselho Municipal

- dos conselhos municipais: art. 53
- do meio ambiente; análise, aprovações e anuências: arts. 63 a 65
- de saneamento; controle social: art. 76, VI
- de habitação; deliberação: art. 87, parágrafo único
- de saúde: art. 94, III; art. 95, §§ 2º e 3º
- de assistência social; diretrizes e políticas sociais: art. 99
- de segurança alimentar: art. 104, § 2º, I; art. 105, § 2º
- de cultura; fundo municipal de cultura: art. 11, parágrafo único
- de turismo: art. 115, XI
- de políticas de álcool e drogas; criação: art. 4º, II, do ato das disposições transitórias
- de defesa do contribuinte; criação: art. 4º, III, do ato das disposições transitórias
- de saneamento; criação: art. 4º, XVIII, do ato das disposições transitórias

Contribuição

- de melhoria; tributo: art. 57, V; art. 83, VIII

Contribuinte

- tributação; utilização de serviços públicos: art. 57, IV, "b"
- taxas; base de cálculo; vedação: art. 57, § 4º

Convênios

- transição; prestação de contas prefeito: transferências: art. 7º, III e IV
- ética e transparência: art. 55
- turismo; celebração com entidades públicas ou privadas: art. 115, XII
- política pública de apoio e fomento à economia solidária, celebração: art. 103, § 1º

Cooperativa

- política rural; apoio, estímulo, constituição e expansão: art. 79, VII
- assistência social; economia solidária; celebração: art. 103, § 1º

Cor

- princípios e diretrizes do município; garantia de acesso sem distinção: art. 3º, VIII

Créditos

- transição administrativa; repasse pelo prefeito ao sucessor: art. 7º, I votação plano plurianual;

suplementares e especiais: deliberação de operação: art. 26, III e IV

- autorização para abertura; crédito adicional; prefeito: art. 36, VII

- autorização para abertura; câmara municipal: art. 37, I

- tributos; despesa e pagamentos; prefeito: art. 47, XV

- disponibilidade pelo prefeito à câmara municipal: art. 47, XVI

- realização operação de crédito; prefeito: art. 47, XXIV

- adicionais: apreciação pela câmara municipal: art. 58; § 5º

- política rural: apoio e estímulo pelo município: art. 79, I

Criança

- garantia da educação: art. 90, V - política municipal de turismo: art. 115, X - direitos: art. 120

Crimes

- perda de mandato; vereador: art. 30, § 4º

- de responsabilidade; vacância; prefeito: art. 51, § 1º, I a V, "a" e "b"

- infrações político-administrativas; prefeito: art. 51, § 2º

Cultura

- organização município; preservação de valores: art. 3º, XI

- tombamento: patrimônio cultural: lei: art. 1º - promoção e proteção patrimônio cultural: art. 11, § 1º

- incentivos; lei: art. 11, § 2º

- danos e ameaças; patrimônio: art. 11, § 3º

- política urbana; preservação; criação de áreas: art. 83, me IV

- segurança alimentar e nutricional sustentável; diversidade cultural; garantias: art. 104

- sistema municipal de cultura; gerência; controle; conselho municipal de cultura: art. 1º, parágrafo único.

- acesso a bens culturais: art. 11, I a V e parágrafo único

- turismo; promoção e desenvolvimento cultural: art. 14

- turismo; regulamentação; uso; ocupação: fruição de bens culturais: art. 115, IV

- conservação e preservação de bens culturais: art. 115, VI

- da família, da criança, do adolescente e do idoso; direito: art. 120

- implantação sistema municipal de cultura: art. 4º, IX do ato das disposições transitórias

D

Danos

- patrimônio cultural: art. 11, §3º

Decoro Parlamentar

- perda de mandato; vereador: art. 30, II

- abuso das prerrogativas; percepção de vantagens ilícitas ou morais; vereador: art. 3º, § 1º

- ampla defesa e contraditório; vereador: art. 30, § 2º - infrações político

- administrativas; prefeito: art. 51, § 2º, X

Decreto

- legislativo; competência: presidente da câmara municipal: art. 23, VI

- processo legislativo: art. 33, V

- competência; prefeito: art. 47, VI

- delegação de funções administrativas; prefeito: art. 48

- delegação de função de responder requerimentos da câmara municipal: art. 48, parágrafo único

- cassação de mandato do prefeito: art. 51, § 2º, "m"

Defesa

- organização do município; defesa do território: art. 3º, X

- perda de mandato vereador; ampla defesa: art. 30, §§ 2º e 3º

- infrações político-administrativas; prefeito: art. 51, § 2º, VII

- comissão processante: infrações político administrativas; prefeito: art. 51, § 2º; prefeito: art. 51, § 2º, "i" e "j"

- meio ambiente: arts. 63 e 64

- segurança pública; defesa civil: art. 107, II - direitos humanos: art. 108

Desapropriação

- patrimônio cultural e histórico; promoção e proteção: art. 11, § 1º

- declaração de necessidade ou utilidade pública, interesse social ou urbanístico; prefeito: art. 47, V

- assegurar funções sociais e propriedade; por interesse social ou utilidade pública: art. 84, VI

Desenvolvimento

- política de mobilidade urbana: desenvolvimento sustentável do município: art. 67, II

- saneamento básico: articulação política; desenvolvimento urbano e regional: art. 76, III

- política rural: programas de desenvolvimento rural: art. 77

- política urbana; desenvolvimento de funções sociais: art. 80
- diretrizes e normas desenvolvimento urbano: art. 83
- educação; desenvolvimento da pessoa: art. 89
- educação: recursos; desenvolvimento ensino: art. 89, § 5º
- desporto e lazer; estímulo e desenvolvimento de atividades; programas de construção de áreas para prática de esportes: art. 113, 111, V
- turismo; desenvolvimento econômico: art. 114
- plano municipal de turismo; desenvolvimento sustentável: art. 115. I
- ciência, tecnologia e inovação; desenvolvimento sustentável econômico, científico e tecnológico da sociedade: art. 116

Desporto

- formal e não formal: rede de ensino: art. 113
- recursos públicos: desporto educacional: art. 113, II
- recreação, desporto e lazer nas comunidades: art. 113. III
- incentivos fiscais; empresas privadas: art. 113, V

Dignidade

- infração político-administrativa; prefeito: art. 51, § 2º, X
- dignidade humana: moradias populares: art. 86
- acesso a alimentos de qualidade: art. 104

Diretor

- convocação; câmara municipal: art. 25
- revisão plano diretor: câmara municipal: art. 26, XIII
- vereador; vedação: art. 29, II, "e"
- lei complementar; plano diretor: art. 35, I
- poder executivo; auxiliares direto: art. 42 e art. 52, § 3º

Diretrizes Orçamentárias

- vide também Orçamento
- atribuições da câmara municipal; votação: art. 26, III
- iniciativa privativa do prefeito: art. 36, V
- envio à câmara; competência prefeito; prazo: art. 47, IX e art. 60, II
- iniciativa poder executivo: art. 58, II
- conteúdo: art. 58, § 3º
- projeto de lei; apreciação pela câmara municipal: art. 58, § 5º

Discriminação

- organização do município; princípios e diretrizes; garantias: art. 3º, VIII
- saúde; direitos e deveres: art. 92

- discriminação positiva; políticas públicas: art.97
- da família; da criança, do adolescente e do idoso; deveres: art. 120

E

Educação

- educação ambiental: art.62, II
- meio rural: art. 78, II
- aplicação de recursos: art. 89, § 5º
- cooperação técnica e financeira; Município; estado; união: art. 89, §3º
- direitos e deveres do Município: art. 89
- Escotismo: art. 89, § 6º
- garantias da educação art. 90
- participação dos seguimentos sociais: art. 89, § 4º
- pessoas com deficiência: art. 91
- prioridade, cursos preparatórios: art. 89, § 2º
- educação infantil: art. 89, § 1º
- política de recursos humanos: art.98, VI
- educação alimentar: art. 104, V
- família, criança e adolescente: art. 120

Eleição

- eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal: art. 21, § 1º
- eleição, vacância Prefeito e Vice-prefeito: art. 43, §5º, I e II
- eleição de direção escolar: art. 89, §4º

Empresa

- Orçamento de investimento: art. 58, § 4º, II - Empresa privada; incentivos fiscais: art. 111, III e art. 113, V

Empréstimos

- Patrimônio Público: art. 1º
- atribuições da Câmara: art. 26, IV
- Prefeito; prévia autorização: Câmara Municipal: art. 47, XXIV

Ensino

- vide também Educação
- fundamental obrigatório e gratuito: art. 90, I
- médio: gratuidade: art.90, II
- noturno regular: art. 90, VI
- obrigatório; não oferecimento: art. 90, § 1º
- orientação educacional: art. 90, VIII
- recenseamento: art. 90, §2º
- desporto e lazer: art. 113

F

Fauna e Flora

- vide também Meio Ambiente

- proteção: art. 62, III

Fundação Pública

- servidores; submissão ao estatuto do servidor: art. 12

- orçamento fiscal: art. 58, § 4º, I

- orçamento seguridade social: art. 58, § 4º, III

- cessão de servidores: art. 90, IV

Fundo

- fundo municipal de transportes; administração: art. 74

- fundo municipal de saúde; recursos financeiros e administração: art. 95, § 2º, e art. 98, II

- fundo municipal de assistência social; recursos: art. 99

- fundo de fomento à economia popular e solidária: art. 103, § 2º

- fundo municipal de cultura; gerência e controle: art. 110, parágrafo único

- fundo municipal de turismo; atuação: art. 115, XI

- fundo de amparo a pesquisa de juiz de fora; instituição: art. 116, parágrafo único

G

Guarda Municipal

- vedações: art. 2º do ato das disposições transitórias

H

Habitação

- saneamento: art. 76, III

- rural: art. 78, II

- política municipal: art. 87 e parágrafo único; art. 4º, IV do ato das disposições transitórias

- assistência técnica gratuita: art. 88; art. 4º, XX do ato das disposições transitórias

I

Idade

- garantia de acesso: art. 3º, VIII

- acesso transporte coletivo: art. 68, VI

- ensino fundamental: art. 90, I

- atendimento gratuito em creches: art. 90, V

- educação básica para pessoas com deficiência: art. 91

Imposto

- vide também TRIBUTOS

- instituição pelo executivo: art. 57, I, II, III, §§ 1º, 2º, 3º e 4º

- funções sociais: art. 84, I

- imposto sobre propriedade predial e territorial urbana

- IPTU -progressividade: art. 57, § 1º

- imposto sobre serviços de qualquer natureza

- lei tributária: art. 57, § 2º

- imposto sobre transmissão de bens inter- vivos

- incidência: art. 57, § 3º

incentivos Fiscais

- investimento na produção cultural e artística do município: art. 111, III

- investimento no desporto e lazer: art. 113, V

iniciativa Popular

- vide também Participação Popular

- soberania popular: art. 4º, parágrafo único, n, "a"

Intervenção

- estadual no município; solicitação: art. 23, VIII e art. 27, XJV

L

Lazer

- meio rural: art. 78, II

- direito à saúde: art. 92, parágrafo único

- garantias: art. 113, III e IV

- assegurado à criança e adolescente: art. 120

Legislatura

- número de vereadores: art. 19

- eleição da mesa diretora: art. 21, § 2º

- compromisso e posse dos vereadores: art. 21, § 3º - licença de vereador; auxílio: art. 31, § 2º

Lei Orgânica

- município; regido pela lei orgânica municipal: art. 10

- julgamento prefeito, vice-prefeito, vereadores: art. 27, XV

- vereador; vedações: art. 29, 1, "b"

- processo legislativo: emenda: art. 33, I

- emenda; proposta; promulgação: art. 34, § 2º

- mensagem do executivo; solicitação urgência; inaplicabilidade: art. 38, § 3º

- prefeito e vice-prefeito; manter, defender e cumprir: art. 43

- revisão geral: art. 12 do ato das disposições transitórias

Leis

- vide Lei Orgânica, Processo Legislativo e Projeto de Lei

Licitação

- alienação de bens públicos municipais: art. 9º

- concessão de direito real de uso: art. 9º, 2º

- regime de concessão ou permissão: art. 16

- presidente da comissão permanente de licitação; auxiliar direto do prefeito: art.52
- ética e transparência: art. 55
- delegação de serviços de transporte público: art. 70, § 1º
- concessão de serviços públicos de transporte coletivo urbano; gratuidade: art. 8º, parágrafo único do ato das disposições transitórias

Limites do Município

- perímetro urbano; delimitação: art. 26, XIV
- construção de abrigos protetores de transporte coletivo: art. 68, III

Loteamento

- normas urbanísticas: art. 26, XVI -aprovação de projetos e plantas: art. 47, XXI

M

Mandato

- mesa da câmara: art. 21, § 2º
- perda de mandato prefeito e vereadores: art. 27, VIII
- inviolabilidade: vereadores: art.28
- perda do mandato; vereadores: art. 30
- perda do mandato; vice-prefeito: art. 43, § 3º
- vacância; prefeito e vice-prefeito: art. 43, § 5º, I e II
- suspensão do exercício; prefeito: art. 45
- infringência; perda do mandato; prefeito: art. 49, § 2º
- declaração de vacância pela câmara municipal; prefeito: art. 51
- infração político-administrativa do prefeito; perda do mandato: art. 5 I, § 2º
- renúncia prefeito; efeitos: art. 5 I, § 3º e § 4º
- plano plurianual: art. 60, I

Meio Ambiente

- organização do município; princípios e diretrizes: art. 3º, X - direito do cidadão: art. 62
- implantação programas: art. 62, VII
- garantia a amplo acesso a informações básicas: art. 62, IX
- plano municipal do meio ambiente: art. 63
- mobilidade urbana: art.66, parágrafo único
- saneamento básico: art. 76, X
- política rural: art. 78, V
- política urbana: art. 83, III
- sistema único de saúde; planejamento execução de ações: art. 98, IV
- elaboração plano municipal: art. 4º, V do ato das disposições transitórias

Monopólio

- transporte urbano; vedação: art. 70, §7º

Município

- autonomia política e financeira: art. Iº
- poderes: art. 2º
- símbolos: art. 2º, § 1º
- bens: art. 2º, § 2º - sede: art. 2º, § 3º
- organização; princípio e diretrizes: art. 3º
- competência: art. 5º
- dívidas: art. 7º, I
- venda ou doação de bens imóveis: art. 9º, § 2º
- obras e serviços: art. I 6 - poder legislativo: art. 20
- competência tributária: art. 57
- meio ambiente; deveres: art. 62
- competência transporte público: art. 70
- responsabilização; saneamento básico: art. 75
- política rural: arts. 77, 78 e 79
- política urbana: art. 80
- política habitacional: art. 87
- educação infantil e ensino fundamental: art. 89, § 1º
- sistema municipal de saúde: art. 95
- sistema único de saúde; competência: art. 98
- assistência social: políticas públicas: art. 103
- segurança alimentar e nutricional sustentável: deveres: art. 104 - direitos humanos; deveres: art. 108
- sistema municipal de cultura; implantação: art. 110
- desporto e lazer: art. 113
- turismo; fomento: art. 114
- política de ciência, tecnologia e inovação: instituição: art. 116
- planejamento estratégico sustentável: art. 117

O

Obras

- promoção e execução: art. 16
- código de obras: lei complementar: art. 35

Obras Públicas

- contribuição de melhoria: art. 57. V

Operações de Crédito

- informações prefeito ao sucessor: art. 7º, 1
- atribuição da câmara municipal: art. 26, IV
- competência do prefeito: art.47, XXIV

Orçamento

- votação orçamento municipal: art.26. III
- iniciativa privativa prefeito: art. 36, VI
- aumento de despesas: vedação: art. 36. parágrafo único
- envio à câmara: art. 47, IX
- infração político-administrativa do prefeito: art. art. 51, § 2º, VI

- iniciativa: art. 58, III
- fiscal: art. 58, § 4º, I - investimento das empresas: art. 58, § 4º, li - seguridade social: art. 58, § 4º, III
- apreciação pela câmara: art. 58, § 5º
- prazo de envio à câmara municipal: art. 60, III
- política municipal de habitação: art. 87, parágrafo único
- ações municipais na área da segurança alimentar e nutricional sustentável: art. 105, § 2º
- Ordem Social
- da ordem social e econômica: Capítulo II do Título IV

P

Participação Popular

- organização do município; princípios e diretrizes: art. 3º, II
- fiscalização e controle dos atos: art. 27, XVI
- exercício: art. 42 - iniciativa de leis: art. 58
- plano municipal de meio ambiente e recursos naturais: art. 63
- delegação da administração do fundo municipal de transportes; vedação: art. 74
- competência processo educacional: art. 89, § 4º
- política de igualdade racial e do combate a diferença econômica entre as raças: art. 102 - políticas públicas de apoio e fomento à economia solidária: art. 103, §§ 1º e 2º
- fundo de amparo à pesquisa: art. 116, parágrafo único - bens tombados; disponibilização: art. 5º do ato das disposições transitórias

Poder Legislativo

- vide também Câmara Municipal
- piso salarial: art. 13 - prazo de publicação do quadro de cargos e funções: art. 14
- câmara municipal; exercício: art. 20
- atos do prefeito; crimes de responsabilidade: art. 51, § 1º, II
- transparência; audiência pública: art. 55, parágrafo único
- prestação de contas pelo prefeito: art. 61, parágrafo único

Processo Legislativo

- definição: art. 33

Política Rural

- assistência técnica e extensão rural: art. 78, I
- infra-estrutura e serviços sociais básicos: art. 78, II
- mecanismos de incentivo: art. 79 - serviços e programas: objetivos: art. 77

Política Urbana

- transparência: art. 55, parágrafo único - leis de iniciativa do poder executivo; leis orçamentárias: art. 58, § 1º - ações e serviços de saúde: art. 94, IV - política municipal de apoio à pessoa com deficiência: art. 100

Patrimônio Público - vide também Bens - patrimônio público: arts. 8º, 9º, I O e 11 - saneamento básico: art. 76. X **Plano Diretor** - revisão: atribuição: art. 26, XIII - lei complementar: art. 35, I - plano plurianual: art. 58, § 2º - saneamento básico: art. 75 - política econômica e social: art. 82

Plebiscito - vide também Participação Popular - soberania popular: art. 4º, parágrafo único, n, "b" - competência autorizar e convocar: art. 26, XVII

Poder Executivo - vide também Prefeito - administração municipal; constituição: art. 6º - sustação de atos normativos: art. 27, IX

- adequação física de lotes; famílias de baixa renda: art. 85

- desenvolvimento urbano; diretrizes e normas: art. 83

- equipamentos urbanos e comunitários; população de baixa renda: art. 85

- normas urbanísticas: zoneamento; loteamento; Câmara Municipal: art. 26, XVI - objetivos: art. 80

Poluição

- vide também Meio Ambiente - tarifa de esgoto; cobrança proporcional: art. 18, § 4º

Portadores de Deficiência

- servidor responsável por pessoa deficiente; redução jornada de trabalho: art. 15

- assistência social; organismo executivo: art. 100

- atividades desportivas: art. 113, parágrafo único

- direito à informação e à comunicação; código Braille: art. 1

- educação básica e profissionalizante: art. 91

- entidades especializadas; apoio: art. 90, III

- fundações públicas e entidades filantrópicas e comunitárias: art. 90, IV

- passe livre; transporte coletivo urbano: art. 72

Povo

- poder: art. 4º, caput

- poder: exercício direto: art. 4º, II

- poder; exercício indireto: art. 4º, I

Prefeito

- atos administrativos; competência: art. 47, VI

- atribuições; chefe da administração: art. 47

- ausência do Município; autorização: art. 47. XXXI
- art. 51, §2, VIII
- competências: art. 47
- compromisso; posse: art. 43
- crimes de responsabilidade: art. 51, §10
- crimes de responsabilidade; processo e julgamento: art. 51, § 1º, b
- declaração de bens: art. 43, §6º
- delegação: atribuições e funções; auxiliares: art.48
- férias: art. 44, §2º e art. 47, XXXI
- incompatibilidade; exercício do cargo: art. 49 e art. 50
- infrações penais comuns: processo e julgamento: art. 51. § Iº, b
- infrações político-administrativas: art. 51, §2º
- infrações político-administrativas; processo e julgamento: art. 51, §2º
- julgamento: Câmara Municipal: art. 27. XV e art. 5 I, §2º
- juramento: posse: art. 43, caput
- leis; sanção e promulgação: art. 39
- licenças; concessão: art. 27, V
- mandato; perda: art. art. 49
- mandato; suspensão: art. 45
- pedido de informações; Câmara Municipal: art. 47, XIII
- plano plurianual; envio: art. 47. IX e art. 60, 1
- posse: art. 43, caput
- prestação de contas: Câmara Municipal: art. 47, X e art. 61
- processo e julgamento: competência; Câmara Municipal: art. 27, XV
- Projeto de Lei: iniciativa: art. 10 e art. 36
- Projeto de Lei; solicitação de urgência: art. 38
- Projeto de Lei: veto parcial ou total: art. 47, IV e art. 39. § 1º e 2º
- regulamentos; expedição: art. 47, III
- requerimento de situação da Administração Pública
- art. 7
- requerimentos; Câmara Municipal: art. 47, XIII
- subsídios; fixação: art. 27. XVII
- substituição e sucessão: art. 43, §2º
- vacância do cargo; casos de: art. 43, § I e §2º

Prefeito e Vice-Prefeito

- Convocação; Câmara Municipal: art. 24
- impedimento; exercício da administração municipal: art. 49, caput

- ausência do Município: perda do
- vacância do cargo; casos: art. 43, § 1º - vacância do cargo; eleições: art. 43, §5º

Processo Legislativo

- competência legal do Município: art. 5º
- elaboração: art. 33 - emendas à Lei Orgânica: art. 34
- iniciativa; Câmara Municipal: art. 26 e art. 27
- iniciativa; Mesa Diretora; Câmara Municipal: art. 37 - iniciativa; Prefeito: arts. 1º e art. 36
- lei complementar; matérias: art. 35
- sanção; Projeto de Lei: art. 39
- veto; apreciação: Câmara Municipal: art. 39, §§4º e 6º
- veto; Projeto de Lei: art. 39, §§ 1º e 2º

Projeto de lei

- vide também Processo Legislativo
- diretrizes orçamentárias: art. 26. 111 e art. 60, II;
- iniciativa popular: art. 41
- promulgação; Prefeito: art. 39, §5º
- promulgação; Presidente da Câmara Municipal: arts. 59, V; 39, §7º
- rejeição; novo projeto: art. 40
- sanção: art.39 - sanção tácita: art. 39, §3º
- solicitação de urgência; apreciação: art. 38
- veto: art. 39. § 1º
- veto: apreciação; Câmara Municipal: art. 39, §4º e §6º
- veto parcial: art. 39, §2

R

Raça

- negra: art. 3º, VIII, art. 102 e art. 4º dos ADT

Referendo

vide também Participação Popular

- exercício pelo povo: art. 4º, li, "c"
- convocação; atribuição: Câmara Municipal: art. 26, X VII

Resoluções

- processo e elaboração: art. 33, IV
- promulgação: art. 23, IV - publicação: art. 23, VI

Responsabilidade Solidária

- Secretários ou Diretores: atos que praticarem com o Prefeito: art. 52, §3º

Revisão Geral da Lei Orgânica

- prazo: art. 12 ADT

S

Saúde

- vide também Sistema Único de Saúde
- dever do Poder Público: art. 92
- direito de todos: art. 92
- liberdade à iniciativa privada: art. 93, § 1º
- Plano Municipal de Saúde; elaboração; atualização: art. 98, I
- Poder Público; execução: art. 93
- Poder Público; regulamentação, fiscalização e controle: art. 93

Saneamento Básico

- aterro sanitário; criação: art. 64
- atribuição: art. 75 - Tarifa de Esgoto: art. 18

Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

- objetivos: art. 104,

Segurança Pública

- atribuição municipal: art. 107
- Guarda Municipal: art. 2º ADT

Público

- autorização, concessão e permissão; atribuição: art. 16
- direito real de uso: art. 9º, §2º
- de saneamento: art. 76 - esgoto; tarifa: art. 18
- tarifas: fixação: art. 17

Servidor Público

- aposentadoria; iniciativa de Lei; Prefeito: art. 36, II
- Câmara Municipal; serviços administrativos internos: art. 27, III
- cargos na administração da Câmara Municipal; criação: art. 26, XI e art. 27, IV

- cargos; estabilidade; aposentadoria; lei; iniciativa: art. 36, II

- jornada de trabalho; redução: art. 15

- professores e especialistas; alunos portadores de deficiência; remuneração; acréscimo: art. 91, parágrafo único

- quadro de cargos e funções: art. 14

- regime jurídico único; administração direta, autarquias, fundações, empresas municipais e de economia mista: art. 12

Sexo

- discriminação; proibição: art. 24

Símbolos do Município

- art. 2º, § 1º

Sistema Único de Saúde

- vide também Saúde
- ações de saúde: art. 94, XX
- atribuições: art. 98
- Código Sanitário Municipal: art. 98, V e art. 4º, ADT
- controle de procedimentos; produtos e substâncias perigosas: art. 98, III
- distritalização dos recursos: art. 94, I
- diretrizes: art. 94
- financiamento: art. 95 - orçamento: art. 95, § 1º
- participação da comunidade: art. 94, III
- Plano Municipal de Saúde; elaboração: art. 98, I
- política de recursos humanos: art. 98, VI
- programas e projetos estratégicos: art. 98, VIII
- proteção ao meio ambiente: art. 98, IV
- segurança e medicina do trabalho: art. 98, VII
- vigilância sanitária epidemiológica e saúde do trabalhador: art. 98, IV

Sociedade de Economia Mista

- art. 6º e art. 29. I, a

Solo

- art. 47, XXI
- edificação: art. 84, V
- logradouros públicos; denominação: art. 26, XV
- normas urbanísticas: art. 60, XVII
- perímetro urbano: art. 60, XV
- política de transportes urbanos; planejamento do uso e ocupação do solo: art. 214
- uso; planejamento: ocupação: art. 5º, IV
- zoneamento urbano: art. 5º, V
- zoneamento urbano; projeto de edificação: plano de loteamento, arruamento e zoneamento: art. 86, XXI

Subsídios

- Prefeito: art. 27, XVII

- Secretários Municipais: art. 27, XVII
- Vereadores: art. 27, XVII
- Vice-Prefeito: art. 27, XLVI

Sufrágio Universal

- art. 4º, parágrafo único, I

T

Taxas

- vide também Tributos - instituição: art. 57, IV e §4º
- função social da cidade ; projetos de interesse social: art. 84, II

Transporte

- coletivo urbano; concessão e permissão: art. 68
- coletivo urbano; concessão e regulamentação; competência: art. 70
- coletivo urbano; concessão; concorrência pública: art. 70, § 1º
- coletivo urbano; intervenção do Poder Público: hipóteses: art. 70, §6º
- coletivo urbano; diretrizes: art. 68 - gratuidade: art. 8º e 9º ADT
- gratuidade; custos; não incidência no valor da tarifa: art. 71
- gratuidade; pessoas com deficiência: art. 72
- monopólio; vedação: art. 70, §7º
- política de transportes urbanos; planejamento do uso e ocupação do solo: art. 67, IX
- vale transporte; validade: art. 69

Tribunal de Contas do Estado

- parecer; prestação de contas: Prefeito: art. 27, VII
- Ministério Público; atuação: art. 27, VILC

Tributos

- vide também Impostos
- anistia: art. 26, II
- arrecadação; guarda e aplicação; competência: art. 47, XV - Conselho Municipal de Defesa do Contribuinte: art. 4º, IX ADT
- instituição competência: art. 57
- diretrizes tributárias: art. 26
- função social: art. 84, I, II, VIII, IX
- isenções; atribuição; Câmara Municipal: art. 26, VII
- remissão: art. 26, II

Turismo

- incentivo; Poder Público: art. 114

- política e diretrizes: art. 115
- Casa do Turismo: art. 4º, X ADT

V

Vereadores

- vide também Câmara Municipal e Poder Legislativo
- compromisso; posse: art. 21, § 1º e §2º
- declaração de bens: art. 21, §3º
- exercício de funções executivas: condição: art. 29, II, a e parágrafo único
- incompatibilidades; vedações: art. 29
- inviolabilidade: art. 28
- julgamento; Câmara Municipal: art. 27, XV
- licenças; concessão; hipóteses: art. 27, V
- mandato: perda: hipóteses: art. 30
- mandato; perda; processo e julgamento: art. 30 § 2º e § 3º
- mandato; suspensão; hipóteses: art. 32
- número: art. 19 e art. 20 - posse: art. 21, § 1º e §3º
- Secretário Municipal, Diretor, Assessor ou de Agente Público; convocação: art. 25
- subsídios; fixação: art. 27, XVII

Veto

- vide também Processo Legislativo
- deliberação; Câmara Municipal: art. 39, §§ 4º e 6º
- parcial: abrangência: art. 39, §2º
- Projetos de Lei: competência privativa do Prefeito: art. 39, § 1º

Vice - Prefeito

- atribuições: art. 43, §4º
- ausência do Município; autorização; competência: art. 27, VI
- cargo; vacância: art. 43, §5º
- julgamento; Câmara Municipal: art. 27, XV
- licença; concessão; Câmara Municipal: art. 27, V
- posse; compromisso: art. 43, caput
- subsídios; fixação; competência: art. 27, VII
- substituição ou sucessão do Prefeito: art. 43, §2º

Voto

- inviolabilidade; Vereador: art. 28, caput - soberania popular: art. 4º, parágrafo único, I

